Lei nº 13/66

Institui o Código Tributário do Município de Meridiano

Joaquim Chaves Exosquet, Prefeito Municipal de Meridiano, Estado de São Paulo, etc., no uso de suas atribuições:

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Parte Geral

Título I

Capítulo I

Dos Tributos em Geral

Do Sistema Tributário do Município

Artigo 1º - Este Código dispõe sôbre os fatos geradores, a incidência, as alíquotas, o lançamento, a cobrança e a fiscalização dos tributos municipais e estabelece normas de direito fiscal e a êles pertinentes.

Artigo 2º - Integram o sistema tributário do município:

I - Os impostos:

a) - sôbre a propriedade territorial urbana;

b) - sôbre a propriedade predial urbana;

c) - sôbre a circulação de mercadorias;

d) - sôbre serviços de qualquer natureza.

II - As taxas:

a) - decorrentes das atividades do poder de polícia do município;

b) - decorrentes de atos relativos a utilização efetiva ou potencial de serviços públicos municipais específicos e divisíveis.

III - A contribuição de melhoria.

Capítulo II

Da Legislação Fiscal

Artigo 3º - Nenhum tributo será exigido ou alterado, nem qualquer pessoa considerada como contribuinte ou responsável pelo cumprimento de obrigação tributária,

J. Bosfut

senão em virtude deste código ou de lei subsequente.

Artigo 4º - A lei fiscal entra em vigôr na data de sua publicação, salvo as disposições que aumentarem tributos que incidam sôbre a propriedade predial urbana, as quais entrarão em vigôr a 1º de janeiro do ano seguinte.

Artigo 5º - As tabelas de tributos, anexas a êste Código, serão revistas e publicadas integralmente, pelo Poder Executivo, sempre que houverem sido substancialmente alterada.

Capítulo III

Da Administração Fiscal

Artigo 6º - Tôdas as funções referentes a cadastramentos, lançamentos, cobrança recolhimento e fiscalização de tributos municipais, aplicação de sanções por infração de disposição dêste Código, bem como as medidas de prevenção e repressão às fraudes, serão exercidas pelos orgãos fazendários e repartições a êle subordinados, segundo as atribuições constantes da lei de organização dos serviços administrativos e do respectivo regimento.

Artigo 7º - Os órgãos e servidores incubidos da cobrança e fiscalização dos tributos, sem prejuizo do rigor e vigilância indispensáveis ao bom desempenho de suas atividades, darão assistência técnica aos contribuintes, prestando-lhes esclarecimentos sôbre a interpretação e fiel observância das leis fiscais.

§ 1º - Aos contribuintes é facultado reclamar essa assistência aos orgãos responsáveis.

§ 2º - As medidas repressivas só serão tomadas contra os contribuintes infratores que, dolosamente ou por descaso, lesarem ou tentassem lesar o fisco.

Artigo 8º - Os órgãos fazendários farão imprimir e distribuir, sempre que necessário, modelos de declarações e de documentos que devam ser preenchidos obrigatoriamente pelos contribuintes, para efeito de fiscalização lançamento, cobrança e recolhimento de impostos, taxas e contribuição de melhoria.

Artigo 9º - São autoridades fiscais, para efeitos dêste Código, as que têm jurisdição e competência definidas em leis e regulamentos.

Capítulo IV

Do Domicílio Fiscal

Artigo 10º - Considera-se domicílio fiscal do contribuinte ou responsável por obrigação tributária:

I - tratando-se de pessoa física, o lugar onde habitualmente reside, e,

não sendo êste conhecido, o lugar onde se encontra a séde principal de suas atividades ou negócios;

II - tratando-se de pessoa jurídica de direito privado, o local de qualquer de seus estabelecimentos;

III - tratando-se de pessoa jurídica de direito público, o local da séde de qualquer de suas repartições administrativas.

Artigo 11º - O domicílio fiscal será consignado nas petições, guias e outros documentos que os obrigados dirijam ou devam apresentar à Fazenda Municipal.

Parágrafo Único - Os inscritos como contribuintes habituais comunicarão tôda mudança de domicílio, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ocorrência.

Capítulo V

Das Obrigações Tributárias Acessórias

Artigo 12º - Os contribuintes, ou quaisquer responsáveis por tributos, facilitarão, por todos os meios a seu alcance, o lançamento, a fiscalização e a cobrança dos tributos devidos à Fazenda Municipal, ficando especialmente obrigado a:

I - Apresentar declarações e guias e a escriturar em livros próprios os fatos geradores de obrigação tributária, segundo as normas dêste Código e regulamentos fiscais;

II - Comunicar à Fazenda Municipal, dentro de 15 (quinze) dias, contados a partir da ocorrência, qualquer alteração capaz de gerar, modificar ou extinguir obrigação tributária;

III - Conservar e apresentar ao Fisco, quando solicitado, qualquer documento que, de algum modo, se refira a operações ou situações que constituam fato gerador de obrigação tributária ou que sirva como comprovante da veracidade dos dados consignados em guias e documentos fiscais;

IV - Prestar, sempre que solicitadas pelas autoridades competentes, informações e esclarecimentos que, a juizo do Fisco, se refiram a fato gerador de obrigação tributária.

Parágrafo Único - Mesmo no caso de isenção, ficam os beneficiários sujeitos ao cumprimento do disposto nêste artigo.

Artigo 13º - O Fisco poderá requisitar a terceiros, e êstes ficam obrigados a fornecer-lhe, tôdas as informações e dados referentes a fatos geradores de obrigação tributária, para os quais tenham contribuido ou que devam conhecer, salvo quando, por fôrça de lei, estejam obrigados a guardar sigilo em relação a êstes fatos.

§ 1º - As informações obtidas por força dêste artigo têm caráter sigiloso e só poderão ser utilizadas em defesa dos interêsses fiscais da União, do Estado e dêste Município.

§ 2º - Constitui falta grave, punível nos têrmos do Estatuto dos Funcionários Municipais, a divulgação de informações obtidas no exame de contas ou documentos exibidos.

Capítulo VI

Do Lançamento

Artigo 14º - Lançamento é o procedimento privativo da autoridade administrativa municipal, destinado a construir, digo, constituir o crédito tributário mediante a verificação da ocorrência da obrigação tributária correspondente, a determinação da matéria tributável, o cálculo do montante do tributo devido, a identificação do contribuinte e, sendo o caso, a aplicação da penalidade cabível.

Artigo 15º - O ato do lançamento é vinculado e obrigatório, sob pena de responsabilidade funcional, ressalvadas as hipóteses de exclusão ou suspensão do crédito tributário previstas nêste Código.

Artigo 16º - O lançamento reporta-se à data em que haja surgido a obrigação tributária principal e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

§ 1º - Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente ao nascimento da obrigação, haja instituido novos critérios de apuração da base de cálculo, estabelecidos novos métodos de fiscalização, ampliado os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado maiores garantias e privilégios à Fazenda Municipal, exceto no último caso, para atribuir responsabilidades tributária a terceiros.

§ 2º - O disposto nêste artigo não se aplica aos impostos lançados por períodos certos de tempos, desde que a lei tributária respectiva fixe expressamente a data em que o fato gerador deva ser considerado para efeito de lançamento.

Artigo 17º - Os atos formais relativos ao lançamento dos tributos ficarão a cargo do órgão fazendário competente.

Parágrafo Único - A omissão ou êrro de lançamento não exime o contribuinte do cumprimento da obrigação fiscal, nem de qualquer modo lhe aproveita.

Artigo 18º - O lançamento efetuar-se-á com base nos dados constantes no Cadastro Fiscal e nas declarações apresentadas pelos contribuintes, na forma e nas épocas estabelecidas nêste Código e em regulamento.

Parágrafo Único – As declarações deverão conter todos os elementos e dados necessários ao conhecimento do fato gerador das obrigações tributárias e à verificação do montante do crédito tributário correspondente.

Artigo 19º - Far-se-á o lançamento de ofício, com base nos elementos disponíveis

I – quando o contribuinte ou responsável não houver prestado declaração, ou a mesma apresentar- inexata, por serem falsos ou errôneos os fatos consignados;

II - quando, tendo prestado declaração, o contribuinte ou responsável deixar de atender, satisfatoriamente, no prazo e na forma legal, pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa.

Artigo 20º - Com a finalidade de obter elementos que lhe permitam – verificar a exatidão das declarações apresentadas pelos contribuintes e responsáveis, e de determinar, com precisão, a natureza e o montante dos créditos tributários, a Fazenda Municipal poderá:

I- exigir, a qualquer tempo, a exibição de livros e comprovantes dos atos e operações que possam constituir fato gerador de obrigação tributária;

II – fazer inspeções nos locais e estabelecimentos onde se exercerem as atividades sujeitas a obrigações tributárias, ou nos bens ou serviços que constituam – matéria tributável;

III – exigir informações e comunicações escritas ou verbais;

IV - notificar o contribuinte ou responsável para comparecer às – repartições da Fazenda Municipal;

V - requisitar o auxílio da Força Pública ou requerer ordem judicial quando indispensável à realização de diligências, inclusive inspeções necessárias ao registro dos locais e estabelecimentos, assim como dos objetos e livros dos contribuintes e responsáveis.

Parágrafo Único - Nos casos a que se refere o número deste artigo, os funcionários lavrarão termo de diligência, do qual constarão especificamente, digo, especificadamente os elementos examinados.

Artigo 21º - O lançamento e suas alterações serão comunicados aos contribuintes por meio de edital afixado na Prefeitura, por publicação em jornal local, ou mediante notificação direta, feita por meio de edital afixado na Prefeitura, digo, de aviso, para servir como guia de pagamento.

Artigo 22º - Far-se-á revisão do lançamento sempre que se verificar

êrro na fixação da base tributária, ainda que os elementos indutivos dessa fixação hajam sido apurados diretamente pelo fisco.

Artigo 23º - Os lançamentos efetuados de ofício, ou decorrentes de arbitramento, só poderão ser revistos em face da superveniência de prova irrecusável que modifique a base de calculo utilizada no lançamento anterior.

Artigo 24º - É facultado aos prepostos da fiscalização o arbitramento de bases tributárias quando ocorrer sonegação cujo montante não se possa conhecer exatamente.

Artigo 25º - O Município poderá instituir livros e registros obrigatórios de tributos municipais, afim de apurar os seus fatos geradores e bases de cálculo, exceto em relação ao imposto sôbre as operações relativas à circulação de mercadorias.

Artigo 26º - Independentemente do contrôle de que trata o artigo anterior, poderá ser adotada a apuração ou verificação diária no próprio local de atividade, durante determinado período, quando houver dúvida sôbre a exatidão do que fôr declarado para efeito dos impostos de competência do Município.

Capítulo VII

Da Cobrança e do Recolhimento dos Tributos

Artigo 27º - A cobrança dos tributos far-se-á:

I - para pagamento à bôca do cofre:

II - por procedimento amigável;

III - mediante ação executiva.

§ 1º - A cobrança para pagamento à bôca do cofre far-se-á pela forma e nos prazos estabelecidos nêste Código, nas leis e regulamentos fiscais.

§ 2º - Expirado o prazo para pagamento à bôca do cofre, ficam os contribuintes sujeitos à multa de 10% (dez por cento), acrescida de juros de móra de 12% (doze por cento) ao ano, contados por mês ou fração, sôbre a importância devida, até seu pagamento.

§ 3º - Aos créditos fiscais do município aplicam-se as normas de correção monetária de tributos e penalidades devidos ao Fisco Municipal, nos têrmos da Lei Federal nº 4.357, de 16-7-64.

Artigo 28º - Nenhum recolhimento de tributo será efetuado sem que se expeça a competente guia de conhecimento.

Artigo 29º - Nos casos de expedição fraudulenta de guias ou conhecimentos, responderão, civil, criminal e administrativamente, os servidores que os houverem subscrito ou fornecido.

Artigo 30º - Pela cobrança menor de tributo responde, perante a Fazenda Municipal, solidàriamente, o servidor culpado, cabendo-lhe direito regressivo contra o contribuinte.

Artigo 31º - Não se procederá contra o contribuinte que tenha agido ou pago tributo de acôrdo com decisão administrativa ou judicial transitada em julgado, mesmo que, posteriormente, venha a ser modificada a Jurisprudência.

Artigo 32º - O Executivo poderá contratar com estabelecimentos de crédito - com séde, agencia ou escritório no município, o recebimento de tributos, segundo normas especiais baixadas para êsse fim.

Capitulo VIII

Da Restituição

Artigo 33º - O contribuinte tem direito, independentemente de prévio - protesto, à restituição total ou parcial do tributo, seja qual fôr a modalidade de - seu pagamento, nos seguintes casos:

I - cobrança ou pagamento expontâneo de tributo indevido ou maior que o devido em face dêste Código, ou da natureza ou das circustâncias materiais - do fato gerador efetivamente ocorrido;

II - êrro na identificação do contribuinte, na determinação da alíquota - aplicável, no cálculo do montante do tributo ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

III - reforma, anulação revogação ou rescisão de decisão condenatória.

Artigo 34º - A restituição total ou parcial de tributos abrangerá também, na mesma proporção, os juros de mora e as penalidades pecuniárias, salvo as referentes a infrações de carater formal, que não devam reputar prejudicadas pela - causa asseguratória da restituição.

Artigo 35º - O direito de pleitear a restituição de impôsto, taxa, - contribuição de melhoria ou multa, extingue-se com o decurso do prazo de seis mêses, quando o pedido se baseie em simples êrro de cálculo, ou de três anos nos demais casos, contados:

I - nas hipóteses previstas nos números I e II, do artigo 33, da data da extinsão do crédito tributário.

II - na hipótese prevista no número III, do artigo 33, da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa, ou transitar em

julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.

Artigo 36 - Quando se tratar de tributos e multas indevidamente arrecadados por motivo de êrro cometido pelo fisco ou pelo contribuinte, regularmente apurado, a restituição será feita de ofício, mediante determinação da autoridade competente em representação formulada pelo orgão fazendário e devidamente processada.

Artigo 37 - O pedido de restituição será indeferido o requerente criar qualquer obstáculo ao exame de sua escrita ou de documentos, quando isso se torne necessário à verificação da procedência da medida, a juizo da administração.

Artigo 38 - Os processos de restituição serão obrigatòriamente informados antes de receberem despacho, pela repartição que houver arrecadado os tributos e as multas reclamadas total ou parcialmente.

Capitulo IX.
Da Prescrição.

Artigo 39 - O direito de proceder ao lançamento de tributos, assim como a sua revisão prescreve em 5 (cinco) anos, a contar do último dia do ano em que se tornarem devidos.

Parágrafo único - O decurso do prazo estabelecido nêste artigo interrompe-se com a notificação ao contribuinte de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento ou a sua revisão, começando de nôvo a correr da data em que se operou a notificação.

Artigo 40. As dívidas provenientes de tributos prescrevem em 5 (cinco) anos a contar do término do exercício dentro do qual aquêles se tornaram devidos; a dívida ativa inferior a um décimo de salário mínimo regional prescreve, porem, em 2 (dois) anos, contados do prazo de vencimento, se prefixado, e no caso contrário da data em que foi inscrita.

Artigo 41 - Interrompe-se a prescrição da dívida fiscal:

I - por qualquer intimação ou notificação feita ao contribuinte, por repartição ou funcionário fiscal, para pagar a dívida;

II - pela concessão de prazos especiais para êsse fim;

III - pelo despacho que ordenou a citação judicial do responsável para efetuar o pagamento;

IV - pela apresentação do documento comprobatório da dívida, em juizo de

inventário ou concurso de credores.

Artigo 42 - Cessa em 5 (cinco) anos, o poder de aplicar ou cobrar multas por infração a êste Código, exceto nos casos de quantia inferior a um décimo do salário mínimo regional, em que o prazo será de 2 (dois) anos.

Capítulo X.

Das Imunidades e Isenções.

Artigo 43. Os impostos municipais não incidem sôbre (Emenda Constitucional nº 18):

I - O patrimônio, a renda ou os serviços da União, dos Estados, do Distrito Federal e de outros Municípios;

II - templos de qualquer culto;

III - O patrimônio, a renda ou os serviços de partidos políticos e de educação ou de assistência social, observados os requisitos fixados em lei complementar;

IV - o papel destinado exclusivamente à impressão de jornais, periódicos e livros;

V - o tráfego intermunicipal de qualquer natureza, quando representarem limitações ao mesmo.

§ 1.º - O disposto no número I, dêste artigo, é extensivo às autarquias tão sòmente no que se refere ao patrimônio, à renda ou aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais, ou delas decorrentes.

§ 2.º - O disposto nêste artigo é extensivo aos serviços públicos concedidos pela União quando a isenção geral for por ela instituída, por meio de lei especial, tendo em vista o interêsse comum.

§ 3.º - A imunidade tributária de bens imóveis dos templos se restringe àqueles destinados ao exercício do culto.

§ 4.º - As instituições de educação e assistência social sòmente gozarão da imunidade mencionada no número III, dêste artigo quando se tratar de sociedades civis legalmente constituídas e sem fins lucrativos.

Artigo 44 - São isentas de impostos municipais as atividades individuais de pequeno rendimento, destinados, exclusivamente, ao sustento de quem as exerce ou de sua família e como definidas em regula-

mentos.

Artigo 45 - A concessão de isenções apoiar-se-á sempre em fortes razões de ordem pública ou de interêsse do município, não poderá ter caráter pessoal e dependerá de lei aprovada por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara de Vereadores.

§ 1.º - Entende-se como favor pessoal não permitido, a concessão, em lei, de isenção de tributos a determinada pessoa física ou jurídica.

§ 2.º - As isenções estão condicionadas à renovação anual e serão reconhecidas por ato do prefeito, sempre a requerimento do interessado.

Artigo 46. Verificada, a qualquer tempo, a inobservância das formalidades exigidas para a concessão, ou o desaparecimento das condições que a motivaram, será a isenção obrigatoriamente cancelada.

Artigo 47. As imunidades e isenções não abrangem as taxas e a contribuição de melhoria, salvo as excessões expressadamente estabelecidas nêste Código.

Capítulo XI

Da Dívida Ativa.

Artigo 48 - Constitui dívida ativa do Município a proveniente de impostos, taxas, contribuição de melhoria e multas de qualquer natureza regularmente inscritas na repartição arrecadadora competente, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.

Artigo 49. Para todos os efeitos legais considera-se como inscrita a dívida registrada em livros especiais na repartição competente da Prefeitura.

Artigo 50 - Encerrado o exercício financeiro, a repartição competente providenciará, imediamente, a inscrição dos débitos fiscais por contribuinte.

Parágrafo Único - Independente, porém, do término do exercício financeiro, os débitos fiscais não pagos em tempo hábil poderão ser inscritos no livro próprio da Dívida Ativa Municipal.

Artigo 51 - O município fará publicar, no seu orgão oficial ou pelos meios habituais, nos 30 (trinta) dias subsequentes à inscrição e du-

rante 5 (cinco) dias, relação contendo:

I - nome dos devedores e endereço relativo à dívida;

II - origem da dívida e seu valor.

Parágrafo Único - Dentro de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação da relação, será feita a cobrança amigável da dívida ativa, depois do que a prefeitura encaminhará para cobrança judi a medida que forem sendo extraídas, as certidões relativas aos débit

Artigo 52 - O têrmo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará, obrigatòriamente:

I. O nome do devedor, e sendo o caso, os dos corresponsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou residência de um ou de outr

II. a origem e a natureza do crédito fiscal, mencionando a lei tributária respectiva;

III. a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos;

IV - a data em que foi inscrita;

V. o número do processo administrativo de que se origina o crédito fiscal, sendo o caso.

Parágrafo Único - A certidão, devidamente autenticada, conterá, além dos requisitos dêste artigo, a indicação do livro e da fôlha de inscrição.

Artigo 53 - Serão canceladas, mediante despacho do Prefeito, os débitos fiscais:

I - legalmente prescritos;

II - de contribuintes que hajam falecido sem deixar bens que exprimam valor.

Parágrafo Único - O cancelamento será determinado de ofício ou a requerimento de pessoa interessada, desde que fiquem provadas a morte do devedor e a inexistência de bens, ouvidos os órgãos fazendário e jurídico da Prefeitura.

Artigo 54. As dívidas relativas ao mesmo devedor, quando conexas ou conseqüentes, serão reunidas em um só processo.

Artigo 55 - As certidões da dívida ativa, para cobrança

judicial, deverão conter os elementos mencionados no artigo 52 dêste Código.

Artigo 56 - O recebimento de débitos fiscais constantes de certidões já encaminhadas para cobrança executiva, será feito exclusivamente à vista de guias em duas vias, expedida pelos escrivães ou advogados, com o visto do orgão jurídico da prefeitura, incumbido da cobrança judicial da dívida.

Parágrafo Único - A partir da data da publicação da relação, começará a fluir o prazo de 30 (trinta) dias para a cobrança por procedimento amigável; decorrido êste prazo, ajuizar-se-á a competente ação executiva.

Artigo 57 - As guias, que serão datadas e assinadas pelo emitente conterão:

I - o nome do devedor e seu endereço;

II - o número da inscrição da dívida;

III - a importância total do débito e o exercício ou período a que se refere;

IV - a multa os juros de mora e a correção monetária a que estiver sujeito o débito;

V - as custas judiciais.

Artigo 58 - Ressalvados os casos de autorização legislativa, não se efetuará o recebimento de débitos fiscais inscritos na dívida ativa com dispensa da multa, dos juros de mora e da correção monetária.

Parágrafo Único - Verificada, a qualquer tempo, a inobservância do disposto nêste artigo é o funcionário responsável obrigado, além da pena disciplinar a que estiver sujeito, a recolher aos cofres do município o valor da multa, dos juros de mora e da correção monetária que houver dispensado.

Artigo 59 - O disposto no artigo anterior se aplica, também, ao servidor que reduzir graciosa, ilegal ou irregularmente, o montante de qualquer débito fiscal inscrito na dívida ativa, com ou sem autorização superior.

Artigo 60 - É solidariamente responsável com o servidor quanto a reposição das quantias relativas a redução, à multa e aos juros de mora e a correção monetária mencionados nos dois artigos anteriores, a autoridade superior que autorizar ou determinar aquelas concessões, salvo

se o fizer em cumprimento de mandado judicial.

Artigo 61 - Encaminhada a certidão da dívida ativa para cobrança executiva cessará a competência do órgão fazendário para agir ou decidir quanto a ela, cumprindo-lhe, entretanto, prestar as informações solicitadas pelo órgão encarregado da execução e pelas autoridades judiciárias.

Capítulo XII.

Das Penalidades.

Seção 1.ª

Disposições Gerais.

Artigo 62. Sem prejuízo das disposições relativas a infrações e penas constantes de outras leis e códigos municipais, as infrações a êste Código serão punidas com as seguintes penas:

I. multa;

II - proibição de transacionar com as repartições municipais;

III - suspensão e regime especial de fiscalização;

IV - suspensão ou cancelamento de isenção de tributos.

Artigo 63. A aplicação de penalidade de qualquer natureza, de caráter civil, criminal ou administrativo, e o seu cumprimento, em caso algum dispensam o pagamento do tributo devido e das multas, da correção monetária e dos juros de mora.

Artigo 64. Não se procederá contra servidor ou contribuinte que tenha agido ou pago tributo de acôrdo com interpretação fiscal, constante de decisão de qualquer instância administrativa, mesmo que posteriormente, venha a ser modificada esta interpretação.

Artigo 65. A omissão de pagamento do tributo e a fraude fiscal serão apuradas mediante representação, notificação preliminar ou auto de infração, nos têrmos da lei.

§ 1.º - Dar-se-á por comprovada a fraude fiscal quando o contribuinte não dispuser de elementos convincentes em razão dos quais se possa admitir involuntária a omissão do pagamento.

§ 2.º - Em qualquer caso, considerar-se-á como fraude a reincidência na omissão de que trata êste artigo.

§ 3.º - Conceitua-se também como fraude ou não pagamento do tributo, tempestivamente, quando o contribuinte o deva recolher a seu próprio requerimento, formulado êste antes de qualquer diligência fiscal e desde que a negligência perdure após decorridos 8 (oito) dias contados da data de entrada dêsse requerimento na repartição arrecadadora competente.

Artigo 66 - É co-autoria e a cumplicidade, nas infrações ou tentativas de infração aos dispositivos dêste Código, implica aos que a praticarem em responderem solidariamente com os atores pelo pagamento do tributo devido, ficando sujeitos às mesmas penas fiscais impostas a êstes.

Artigo 67 - Apurando-se, no mesmo processo, infração de mais de uma disposição dêste Código pela mesma pessoa, será aplicada sòmente a pena correspondente a infração mais grave.

Artigo 68 - Apurada a responsabilidade de diversas pessoas, não vinculadas por co-autoria ou cumplicidade, impor-se-á a cada uma delas a pena relativa a infração que houver cometido.

Artigo 69 - As penas às infrações das normas estabelecidas nêste Código será no caso de reincidência agravada de 30% (trinta por cento).

Parágrafo Único - Considera-se reincidência a repetição de infração de um mesmo dispositivo pela mesma pessoa física ou jurídica depois de transitada em julgado, administrativamente, a decisão condenatória referente à infração anterior.

Artigo 70 - A aplicação de multa não prejudicará a ação criminal que no caso, couber.

Seção 2.ª
Das Multas

Artigo 71 - As multas serão impostas em grau mínimo, médio ou máximo.

Parágrafo Único - Na imposição da multa, e para graduá-la, ter-se-á em vista:

a) a maior ou menor gravidade da infração;

b) as suas circunstâncias atenuantes ou agravantes;

c) os antecedentes do infrator com relação às disposições dêste Código e outras leis e regulamentos municipais.

Artigo 72 - É passível de multa de 0,20 decimos do salário-mínimo regional a duas vêzes o valor dêste, o contribuinte ou responsável que:

I - iniciar atividade ou praticar ato sujeito à taxa de licença, antes da concessão desta;

II - deixar de fazer a inscrição no Cadastro Fiscal da Prefeitura de seus bens ou atividades sujeitos à tributação municipal;

III - deixar de fazer a inscrição, no Cadastro Fiscal da Prefeitura de seus bens ou atividades sujeitos à tributação municipal;

III - apresentar ficha de inscrição cadastral livros, documentos ou declarações relativas aos bens e atividades sujeitos à tributação municipal, com omissões ou dados inverídicos;

IV - deixar de comunicar, dentro dos prazos previstos, as alterações ou baixas que impliquem em modificação ou extinsão de fatos anteriormente gravados;

V - deixar de apresentar, dentro dos respectivos prazos, os elementos básicos à identificação ou caracterização de fatos geradores ou base de cálculo dos tributos municipais;

VI - deixar de remeter a Prefeitura, em sendo obrigado a fazê-lo documento exigido por lei ou regulamento fiscal;

VII - negar-se a exibir livros e documentos da escrita fiscal que interessar à fiscalização.

Artigo 73 - É passível de multa de 0,20 décimos do salário-mínimo regional a duas vêzes o valor deste o contribuinte ou responsável que:

I - apresentar ficha de inscrição fora do prazo legal ou regulamentar;

II - negar-se a prestar informações ou, por qualquer outro modo, tentar embaraçar, iludir, dificultar ou impedir a ação dos agentes do Fisco a serviço dos interêsses da Fazenda Municipal;

III - deixar de cumprir qualquer outra obrigação acessória estabelecida nêste Código ou em regulamento a êle referente.

Artigo 74 - As multas de que tratam os artigos anteriores serão aplicadas sem prejuizo de outras penalidades por motivo de fraude e sonegação de tributos.

Artigo 75- Ressalvadas as hipóteses do artigo 89 dêste Código, serão punidas com:

I- multa de importância igual ao valor do tributo, nunca inferior, porém, a 0,5 décimos do salário mínimo regional, os que cometerem infração capaz de elidir o pagamento do tributo, no todo ou em parte, uma vez regularmente apurada a falta e se não ficar provada a existência de artifício doloso ou intuito de fraude.

II- multa de importância igual a duas vêzes o valor do tributo, mas nunca inferior a 0,10 décimos do salário-mínimo regional, os que sonegarem, por qualquer forma tributos devidos, se apurada a existência de artifício doloso ou intuito de fraude;

III- multa de 0,80 décimos do salário-mínimo regional a 5 (cinco) vêzes o valor dêste:

a)- os que viciarem ou falsificarem documentos ou escrituração de seus livros fiscais e comerciais, para iludir a fiscalização ou fugir ao pagamento do tributo;

b)- os que instruirem pedidos de isenção ou redução de imposto, taxa ou contribuição de melhoria, com documentos falsos ou que contenham falsidade.

§ 1.o- As penalidades a que se refere o número III serão aplicadas nas hipóteses em que não se puder efetuar o cálculo pela forma dos números I e II.

§ 2.o Considera-se consumada a fraude fiscal, nos casos do número III, mesmo antes de vencidos os prazos de cumprimento das obrigações tributárias.

§ 3.o- Salvo prova em contrário, presume-se o dolo em qualquer das seguintes circunstâncias ou em outras análogas:

a)- contradição evidente entre os livros e documentos da crítica fiscal e os elementos das declarações e guias apresentadas às repartições municipais;

b)- manifesto desacôrdo entre os preceitos legais e regulamentares no tocante às obrigações tributárias e sua aplicação por parte do contribuinte ou responsável;

c) - remessa de informes e comunicações falsas ao Fisco com respeito aos fatos geradores e à base de cálculo de obrigações tributárias;
d) omissão de lançamento nos livros fichas, declarações ou guias, de bens e atividades que constituam fatos geradores de obrigação tributária.

Seção 3.ª

Da Proibição de Transacionar com as Repartições Municipais.

Artigo 76 - Os contribuintes que estiverem em débito de tributos e multas não poderão receber quaisquer quantias ou créditos que tiverem com a Prefeitura, participar de concorrência, coleta ou tomada de preços, celebrar contratos ou têrmos de qualquer natureza ou transacionar a qualquer título com a administração do município.

Seção 4.ª

Da Sujeição a Regime Especial de Fiscalização.

Artigo 77. O contribuinte que houver cometido infração punida em grau máximo, ou reincidir na violação das normas estabelecidas neste Código e em outras leis e regulamentos municipais, poderá ser submetido a regime especial de fiscalização.

Artigo 78. O regime especial de fiscalização de que trata êste capítulo será definido em regulamento.

Seção 5.ª

Da suspensão ou Cancelamento de Isenções.

Artigo 79. Tôdas as pessôas físicas ou jurídicas que gozarem de isenção de tributos municipais e infringirem disposições dêste Código ficarão privadas, por um exercício, da concessão e, no caso de reincidência, dela privadas definitivamente.

§ 1.º - Tôda pena de privação definitiva da isenção só se declarará nas condições previstas no parágrafo único do artigo 69 dêste Código.

§ 2.º - Tôdas penas previstas nêste artigo serão aplicadas em face de representação nêsse sentido, devidamente comprovada, feita em processo próprio, depois de aberta defesa ao interessado, nos prazos legais.

Seção 6.ª

Das Penalidades Funcionais.

Artigo 80 - Serão punidos com multas equivalente a 15 dias do

respectivo vencimento ou remuneração.

I - os funcionários que se negarem a prestar assistência ao contribuinte, quando por êste solicitada na forma dêste Código.

II - os agentes fiscais que, por negligência ou má fé, lavrarem auto sem obediência aos requisitos legais, de forma a lhes acarretar nulidade.

Artigo 81 - As multas serão impostas pelo prefeito, mediante representação da autoridade fazendária competente, se de outro modo não dispuser o Estatuto dos Funcionários Municipais.

Artigo 82 - O pagamento de multa decorrente de processo fiscal se tornará exigível depois de transitada em julgado a decisão que a impôs.

Título II.
Do Processo Fiscal.
Capítulo I.
Das Medidas Preliminares e Incidentes.
Seção I.
Dos têrmos de Fiscalização.

Artigo 83 - A autoridade ou funcionário fiscal que presidir ou proceder a exames de diligências, fará ou lavrará, sob sua assinatura, têrmo circunstanciado do que apurar, do qual constará, além de outros que possa interessar, as datas iniciais e finais do período fiscalizado e a relação dos livros e documentos examinados.

§ 1o - O têrmo será lavrado no estabelecimento ou local onde se verificar a fiscalização ou a constatação da infração, ainda que aí não resida o fiscalizado ou infrator, e poderá ser datilografado ou impresso em relação às palavras pituais, devendo os claros ser preenchidos a mão e inutilizadas as entrelinhas em branco.

§ 2o - Ao fiscalizado ou infrator dar-se-á cópia do têrmo, autenticado pela autoridade, contra recibo no original.

§ 3o - A recusa do recibo, que será declarada pela autoridade, não aproveita ao fiscalizado ou infrator, nem o prejudica.

§ 4o - Os dispositivos do parágrafo anterior são aplicáveis extensivamente, aos fiscalizados e infratores, analfabetos ou impossibilitados de assinar o docu-

mento de fiscalização ou infração, mediante declaração da autoridade fiscal, ressalvadas as hipóteses dos incapazes, definidos pela lei civil.

Seção 2.ª

Da apreensão de Bens e Documentos.

Artigo 84 - Poderão ser apreendidas as coisas móveis, inclusive mercadorias e documentos, existentes em estabelecimento comercial, industrial, agrícola ou profissional, do contribuinte responsável ou de terceiros, ou em outros lugares ou em trânsito, que constituam prova material de infração tributária, estabelecidas neste Código, em lei ou regulamento.

Parágrafo Único - Havendo prova, ou fundada suspeita, de que as coisas se encontram em residência particular ou lugar utilizado como moradia, serão promovidas a busca e apreensão judicial, sem prejuízo das medidas necessárias para evitar a remoção clandestina.

Artigo 85 - Da apreensão lavrar-se-á auto, com os elementos do auto de infração, observando-se, no que couber, o disposto no artigo 96 deste Código.

Parágrafo Único - O auto de apreensão conterá a descrição das coisas ou dos documentos apreendidos, a indicação do lugar onde ficarem depositados e a assinatura do depositário, o qual será designado pelo autuante, podendo a designação recair no próprio detentor, se fôr idôneo, a juízo do autuante.

Artigo 86 - Os documentos apreendidos poderão, a requerimento do autuado, ser-lhe devolvidos ficando no processo cópia do inteiro teôr ou da parte que deva fazer prova, caso o original não seja indispensável a êsse fim.

Artigo 87 - As coisas apreendidas serão restituídas, a requerimento, mediante depósito das quantias exigíveis, cuja importância será arbitrada pela autoridade competente, ficando retidos, até decisão final, os espécimes necessários à prova.

Parágrafo Único - Em relação à matéria dêste artigo, aplica-se, no que couber, o disposto nos artigos 120 e 122 deste Código.

Artigo 88 - Se o autuado não provar o preenchimento das exigências legais para liberação dos bens, apreendidos, no prazo de (60) (sessenta) dias, a contar da data da apreensão, serão os bens levados a hasta pública ou leilão.

§ 1.º - Quando a apreensão recair em bens de fácil deterioração, a hasta pública ou leilão poderá realizar-se a partir do próprio dia da apreensão.

J. Crespi

§ 2.º - Apurando-se, na vinda, importância superior ao tributo e à multa devidos, será o autuado notificado, no prazo de 5 (cinco) dias, para recolher o excedente, se já não houver comparecido para fazê-lo.

Seção 3ª

Da Notificação Preliminar.

Artigo 89 - Verificando-se omissão não dolosa de pagamento de tributo, ou qualquer infração de lei ou regulamento, de que resultar evasão de receita, será expedida contra o infrator notificação preliminar para que, no prazo de 8 (oito) dias, regularize a situação.

§ 1.º - Esgotado o prazo de que trata êste artigo, sem que o infrator tenha regularizado a situação perante a repartição competente, lavrar-se-á auto de infração.

§ 2.º - Lavrar-se-á, igualmente, auto de infração quando o contribuinte se recusar a tomar conhecimento da notificação preliminar.

Artigo 90 - A notificação preliminar será feita em fórmula destacada de talonário próprio, no qual ficará cópia a carbono, com o «ciente» do notificado e conterá os elementos seguintes:

I - nome do notificado;

II - local, dia e hora da lavratura;

III - descrição do fato que a motivou e indicação do dispositivo legal de fiscalização, quando couber;

IV - valor do tributo e das multas devidos;

V - assinatura do notificante.

Parágrafo Único - Aplicam-se a êste artigo as disposições constantes dos parágrafos 1º a 4º do artigo 83.

Artigo 91 - Considera-se convencido do débito fiscal o contribuinte que pagar tributo mediante notificação preliminar, da qual não caiba recurso ou defesa.

Artigo 92 - Não cabe a notificação preliminar, devendo o contribuinte imediatamente autuado:

I - Quando fôr encontrado no exercício de atividade tributável, sem prévia inscrição;

II - Quando houver provas de tentativa para eximir-se ou furtar-se ao pagamento do tributo;

III - quando for manifesto o ânimo de sonegar;

IV - quando incidir em nova falta de que poderia resultar evasão de receita, antes de decorrido um ano, contado da última notificação preliminar.

Seção 4ª

Da Representação

Artigo 93 - Quando incompetente para notificar preliminarmente ou para autuar, o agente da Fazenda Municipal deve, e qualquer pessoa pode, representar contra toda ação ou omissão contrária às disposições deste Código ou de outras leis e regulamentos fiscais.

Artigo 94. A representação far-se-á em petição assinada e mencionará em letra legível, o nome, a profissão e o endereço de seu autor; será acompanhada de provas ou indicará os elementos desta e mencionará os meios ou as circunstâncias em razão dos quais se tornou conhecida a infração.

Parágrafo Único - Não se admitirá representação feita por quem haja sido sócio, diretor, prepostos ou empregado do contribuinte, quando relativa a fatos anteriores à data em que tenham perdido essa qualidade.

Artigo 95. Recebida a representação, a autoridade competente providenciará imediatamente as diligências para verificar a respectiva veracidade e, conforme couber, notificará preliminarmente o infrator, autuá-lo ou arquivará a representação.

Capítulo II.

Dos Atos Iniciais

Seção I

Do Auto de Infração

Artigo 96. O auto de infração, lavrado com precisão e clareza, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, deverá:

I - mencionar o local, o dia e a hora da lavratura;

II - referir ao nome do infrator e das testemunhas se houver;

III - descrever o fato que constitui a infração e as circunstâncias pertinentes, indicar o dispositivo legal ou regulamentar violado e fazer referência ao têrmo de fiscalização, em que se constatou a infração, quando for o caso;

IV - conter a intimação ao infrator para pagar os tributos e multas devidos ou apresentar defesa e provas nos prazos previstos.

§ 1.º As omissões ou incorreções do auto não acarretarão nulidade,

quando do processo constarem elementos suficientes para a determinação da infração e do infrator.

§ 2.º A assinatura não constitui formalidade essencial à validade do auto, não implica em confissão, nem a recusa agravará a pena.

§ 3.º - Se o infrator, ou quem o represente, não puder ou não quizer assinar o auto, far-se-á menção dessa circunstância.

Artigo 97. O auto de infração poderá ser lavrado cumulativamente com o de apreensão, e então conterá, também, os elementos dêste (artigo 85 e parágrafo único)

Artigo 98. Da lavratura do auto será intimado o infrator:

I. pessoalmente, sempre que possível, mediante entrega de cópia do auto ao autuado, seu representante ou preposto, contra recibo datado no original;

II - por carta, acompanhada de cópia do auto, com aviso de recebimento (AR) datado e firmado pelo destinatário ou alguém de seu domicílio;

III - por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, se desconhecido o domicílio fiscal do infrator.

Artigo 99. A intimação presume-se feita:

I - quando pessoal, na data do recibo;

II - quando por carta, na data do recibo de volta, se fôr esta omitida, 15 (quinze) dias após a entrega da carta no correio;

III - quando por edital, no têrmo do prazo, contado êste da data da afixação ou publicação

Artigo 100 - As intimações subsequentes a inicial far-se-ão pessoalmente caso em que serão certificadas no processo, e por carta ou edital, conforme as circunstâncias, observado o disposto nos artigos 98 e 99 dêste Código.

Seção 2ª

Das Reclamações contra Lançamentos.

Artigo 101 - O contribuinte que não concordar com o lançamento poderá reclamar no prazo de 20 (vinte) dias contados da publicação no orgão oficial, da afixação do edital, ou do recebimento do aviso.

Artigo 102 - A reclamação contra lançamento far-se-á por petição, facultada a juntada de documentos.

Artigo 103 - É cabível a reclamação por parte de qualquer pessoa,

contra a omissão ou exclusão de lançamento.

Artigo 104. A reclamação contra lançamento terá efeito suspensivo da cobrança dos tributos lançados.

Capítulo III.

Artigo 105 - O autuado apresentará defesa no prazo de 20 (vinte) dias contados da intimação.

Artigo 106 - A defesa do autuado será apresentada por petição à repartição por onde correr o processo, contra recibo. Apresentada a defesa terá o autuante o prazo de 10 (dez) dias para impugnála, o que fará na forma do artigo seguinte.

Artigo 107 - Na defesa o autuado alegará toda a matéria que entender útil, indicará e requererá provas que pretenda produzir, juntará logo as que constarem de documentos e, sendo o caso, arrolará testemunhas, até o máximo de (3) (três).

Artigo 108. Nos processos iniciados mediante reclamação contra lançamento, será dada vista a funcionário da repartição competente para aquela operação, a fim de apresentar a defesa, no prazo de (10) (dez) dias, contados da data em que subir o processo.

Capítulo IV.

Das Provas

Artigo 109 - Findos os prazos a que se referem os artigos 105 e 106 deste código, o dirigente da repartição responsável pelo lançamento deferirá no prazo de 10 (dez) dias, a produção das provas que não sejam manifestamente inúteis ou protelatórias, ordenará a produção de outras que entender necessárias, e fixará o prazo, não superior a 30 (trinta) dias em que umas outras devam ser produzidas.

Artigo 110 - As perícias deferidas competirão ao perito designado pela autoridade competente, na forma do artigo anterior, quando requeridas pelo autuante, ou nas reclamações contra lançamento pelo funcionário da Fazenda ou quando ordenada de ofício, poderão ser atribuídas a agente de fiscalização.

Artigo 111 - Ao autuado e ao autuante será permitido, sucessivamente reinquirir as testemunhas; do mesmo modo, ao reclamante e ao impugnante, nas reclamações contra lançamento.

J. Bastos

Artigo 112 - O autuado e o reclamante poderão participar das diligências, e as alegações que tiverem serão juntadas ao processo ou constarão do têrmo de diligência, para serem apreciadas no julgamento.

Artigo 113 - Não se admitirá prova fundada em exame de livros ou arquivos das repartições da Fazenda Pública, ou em depoimento pessoal de seus representantes ou funcionários.

Capítulo V.

Da Decisão em Primeira Instância.

Artigo 114 - Findo o prazo para produção de provas ou perempto o direito de apresentar a defesa, o processo será presente à autoridade julgadora, que proferirá decisão, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 1.º - Se entender necessário, a autoridade poderá, no prazo dêste artigo, a requerimento da parte ou de ofício, dar vista, sucessivamente, ao autuado e ao autuante, ou ao reclamante e ao impugnante, por 5 (cinco) dias a cada um, para alegações finais.

§ 2.º - Verificada a hipótese do parágrafo anterior, a autoridade terá novo prazo de 10 (dez) dias, para proferir decisão.

§ 3.º - A autoridade não fica adstrita às alegações das partes, devendo julgar de acôrdo com sua convicção em face das provas produzidas no processo.

§ 4.º - Se não se considerar habilitada a decidir, a autoridade poderá converter o julgamento em diligência e determinar a produção de novas provas, observado o disposto no Capítulo IV e prosseguindo-se na forma dêste capítulo, na parte aplicável.

Artigo 115 - A decisão, redigida com simplicidade e clareza, concluirá pela procedência ou improcedência do auto de infração ou da reclamação contra lançamento, definindo expressadamente os seus efeitos, num e noutro caso.

Artigo 116 - Não sendo proferida decisão no prazo legal, nem convertido o julgamento em diligência, poderá a parte interpor recurso voluntário, como se fôra julgado procedente o auto de infração ou improcedente a reclamação contra o lançamento, cessando, com a interposição do recurso, a jurisdição da autoridade de primeira instância.

Capítulo VI.

Dos Recursos.

Secção 1ª

Do Recurso Voluntário

Artigo 117 - Da decisão de primeira instância caberá recurso voluntário para o Prefeito, interposto no prazo de 20 (vinte) dias contados da data da ciência da decisão, pelo autuado ou reclamante, pelo autuante ou pelo funcionário que houver produzido a defesa nas reclamações contra lançamento.

Artigo 118 - É vedado reunir em uma só petição recursos referentes a mais de uma decisão, ainda que versem sôbre o mesmo assunto e alcancem o mesmo contribuinte, salvo quando proferidas em um único processo fiscal.

Secção 2ª Da Garantia de Instância.

Artigo 119 - Nenhum recurso voluntário interposto pelo autuado ou reclamante será encaminhado ao Prefeito, sem o prévio depósito de metade das quantias exigidas, extinguindo-se o direito do recorrente que não efetuar depósito no prazo legal.

Parágrafo Único. São dispensados de depósito os servidores públicos que recorrerem de multas impostas com fundamento no artigo 84. dêste Código.

Artigo 120 - Quando a importância total do litígio exceder de 1 (uma) vez o salário mínimo regional, se permitirá a prestação de fiança para interposição de recurso voluntário, requerida no prazo a que se refere o Artigo 117 dêste Código.

§ 1.º - A fiança prestar-se-á mediante indicação de fiador idôneo, a juízo da Administração, ou pela caução de títulos da dívida pública.

§ 2.º - Ficará anexado ao processo o requerimento que indicar fiador com a expressa aquiescência dêste e, se fôr casado, também de sua mulher, sob pena de indeferimento.

§ 3.º - A fiança mediante caução far-se-á no valor dos tributos e multas exigidos e pela cotação dos títulos no mercado, devendo o recorrente declarar no requerimento que se obriga a efetuar o pagamento do remanescente da dívida, no prazo de 8 (oito) dias, contados da notificação, se o produto da venda dos títulos não fôr suficiente para a liquidação do débito.

J. Cosfut

Artigo 121 - Julgado inidôneo o fiador, poderá o recorrente, depois de intimado e dentro do prazo igual ao que restava quando protocolado o requerimento de prestação de fiança, oferecer outro fiador, indicando os elementos comprovantes da idoneidade do mesmo.

Parágrafo Único - Não se admitirá como fiador o sócio solidário, quotista ou comanditário da firma recorrente nem o devedor da Fazenda Municipal.

Artigo 122 - Recusados dois fiadores, será o recorrente intimado a efetuar o depósito, dentro de 5 (cinco) dias, ou de prazo igual ao que lhe restava quando protocolado o segundo requerimento de prestação de fiança, se êste prazo fôr maior.

Seção 3ª

Do Recurso de Ofício

Artigo 123 - Das decisões de primeira instância, contrárias, no todo ou em parte, à Fazenda Municipal inclusive por desclassificação da infração, será obrigatoriamente interposto recurso de ofício ao Prefeito, com efeito suspensivo, sempre que a importância em litígio exceder de uma vêz (es) o salário mínimo regional.

Parágrafo Único - Se a autoridade julgadora deixar de recorrer de ofício, quando couber a medida, cumpre ao funcionário que subscreveu a inicial do processo, ou que do fato tomar conhecimento, interpor recurso, em petição encaminhada por intermédio daquela autoridade.

Capítulo VII

Da Execução das Decisões Fiscais.

Artigo 124 - As decisões definitivas serão cumpridas:

I - pela notificação do contribuinte e, quando fôr o caso, também de seu fiador para, no prazo de 10 (dez) dias satisfazerem ao pagamento do valor da condenação e em conseqüência, receberem os títulos depósitos em garantia da instância;

II - pela notificação do contribuinte para vir receber importância recolhida indevidamente como tributo ou multa;

III - pela notificação do contribuinte para vir receber ou, quando fôr o caso, pagar no prazo de 10 (dez) dias, a diferença entre o valor da condenação

a importância depositada em garantia da instância;

IV - pela notificação do contribuinte para vir receber ou, quando fôr o caso, pagar, no prazo de 10 (dez) dias, a diferença entre o valor da condenação e o produto da venda dos títulos caucionados, quando não satisfeito o pagamento no prazo legal;

V - pela liberação das mercadorias apreendidas e depositadas ou pela restituição do produto de sua venda, se houver ocorrido alienação, com fundamento no artigo 88 e seus parágrafos, dêste Código;

VI - pela imediata inscrição, como dívida ativa, e remessa da certidão à cobrança executiva, dos débitos a que se referem os números I, III e IV, se não satisfeitos no prazo estabelecido.

Artigo 125 - A venda de títulos da dívida pública aceitos em caução não se realizará abaixo da cotação; e, deduzidas as despesas legais da venda inclusive taxa oficial de corretagem, proceder-se-á, em tudo o que couber, de acôrdo com o artigo 124, número IV, e com o § 3.o do artigo 120, dêste Código.

Título III.

Do Cadastro Fiscal.

Capítulo I.

Disposições Gerais

Artigo 126. O Cadastro Fiscal da Prefeitura compreende:

I - O Cadastro Imobiliário.

II - O Cadastro dos Produtores, Industriais e Comerciantes;

III - O Cadastro dos Prestadores de Serviços de qualquer Natureza;

IV - O Cadastro dos veículos e Aparelhos Automotores;

§ 1.o - O Cadastro Imobiliário compreende:

a) Os terrenos vagos existentes ou que venham a existir nas áreas urbanas ou destinados à urbanização;

b) - As edificações existentes ou que vierem a ser construídas nas áreas urbanas e urbanizáveis.

§ 2.o - O Cadastro dos Produtores, Industriais e Comerciantes compreende os estabelecimentos de produção, inclusive agropecuários, de indústria e do comércio, habituais e lucrativas, exercidas no âmbito do município,

conformidade com as disposições do Código Tributário Nacional e da lei Estadual relativa ao impôsto incidente sôbre as circulações de mercadorias.

§ 3.o - O Cadastro de Prestadores de Serviços de Qualquer Natureza, compreende as emprêsas ou profissionais autônomos, com ou sem estabelecimento fixo, de serviço sujeito a tributação municipal.

§ 4.o - O Cadastro dos Veículos e Aparelhos automotores compreende o registro geral, para fins de identificação da propriedade, ou da posse de todos os bens de tração ou propulsão motora, animal ou humana, inclusive embarcações e elevadores sujeitos ao licenciamento e a tributação pelas autoridades municipais, para uso ou tráfego.

§ 5.o - Ficam igualmente sujeitos a inscrição no Cadastro de Veículos e aparelhos Automotores os bens destinados a puxar ou arrastar maquinaria de qualquer natureza ou a executar trabalhos agrícolas e de construção ou de pavimentação, desde que lhes seja facultado transitar em vias terrestres.

Artigo 127 - Todos os proprietários ou possuidores, a qualquer título, de imóveis mencionados no § 1.o do artigo anterior e aquêles que, individualmente ou sob razão social de qualquer espécie, exercerem atividade lucrativa no Município estão sujeitos à inscrição obrigatória no Cadastro Imobiliário da Prefeitura.

Artigo 128 - O poder Executivo poderá celebrar convênios com a União e os Estados visando a utilizar os dados e os elementos cadastrais disponíveis, bem como o número de inscrição do Cadastro Geral de Contribuintes, de âmbito federal para melhor caracterização de seus registros.

Artigo 129 - A Prefeitura poderá, quando necessário, instituir outras modalidades acessórias de cadastros a fim de atender a organização fazendária dos tributos de sua competência, especialmente os relativos à contribuições de melhoria.

Capítulo II

Da Inscrição no Cadastro Imobiliário.

Artigo 130 - A inscrição dos imóveis urbanos no Cadastro Imobiliário será promovida:

I - pelo proprietário ou seu representante legal, ou pelo respectivo possui-

der a qualquer título;

II - por qualquer dos condôminos, em se tratando de condomínio;

III. pelo compromissário comprador, nos casos de compromisso de compra e venda;

IV - pelo possuidor do imóvel a qualquer título;

V - de ofício, em se tratando de próprio federal, estadual, municipal ou de entidade autárquica, ou, ainda, quando a inscrição deixar de ser feita no prazo regulamentar;

VI - pelo inventariante, síndico ou liquidante, quando se tratar de imóvel pertencente a espólio, massa falida ou sociedade em liquidação.

Artigo 131 - Para efetivar a inscrição, no Cadastro Imobiliário dos imóveis urbanos, são os responsáveis obrigados a preencher e entregar na repartição competente uma ficha de inscrição para cada imóvel, conforme modêlo fornecido pela Prefeitura.

§ 1.º - A inscrição será efetuada no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da escritura definitiva ou de promessa de compra e venda do imóvel.

§ 2.º - Por ocasião da entrega da ficha de inscrição, devidamente preenchida, deverá ser exibido o título de propriedade, ou de compromisso de compra e venda, para as necessárias verificações.

§ 3.º - Não sendo feita a inscrição no prazo estabelecido no § 1.º dêste artigo, o órgão competente, valendo-se dos elementos de que dispuser preencherá a ficha de inscrição e expedirá edital convocando o proprietário para, no prazo de 30 (trinta) dias, cumprir as exigências dêste artigo, sob pena de multa prevista nêste Código para os faltosos.

Artigo 132 - Em caso de litígio sôbre o domínio do imóvel, a ficha de inscrição mencionará tal circunstância, bem como os nomes dos litigantes e dos possuidores do imóvel, a natureza feita, o juízo e o cartório por onde correr a ação.

Parágrafo Único - Incluem-se também na situação prevista nêste artigo o espólio, a massa falida e as sociedades em liquidação.

Artigo 133 - Em se tratando de área loteada, cujo loteamento houver sido licenciado pela Prefeitura, deverá o impresso de inscrição

ser acompanhado de uma planta completa, em escala que permita a anotação dos desdobramentos e designar o valor da aquisição, logradouros, as quadras e os lotes, a área total, as áreas cedidas ao patrimônio municipal, as áreas compromissadas e as áreas alienadas.

Artigo 134. Os responsáveis por loteamentos ficam obrigados a fornecer, no mês de janeiro de cada ano, ao órgão fazendário competente, relação dos lotes que no ano anterior tenham sido alienados definitivamente ou mediante compromisso de compra e venda, mencionado o nome do comprador e endereço, os números do quarteirão e do lote e o valor do contrato de venda, a fim de ser feita a anotação no Cadastro Imobiliário

Artigo 135 - Deverão ser obrigatòriamente comunicadas à Prefeitura, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, tôdas as ocorrências verificadas com relação ao imóvel, que possam afetar as bases de cálculo do lançamento dos tributos municipais.

Parágrafo Único - A comunicação a que se refere êste artigo, devidamente processada e informada, servirá de base à alteração respectiva na ficha de inscrição

Artigo 136 - A concessão de "Habite-se" à edificação nova ou a aceitação de obras em edificação reconstruida ou reformada, só se completará com a remessa do processo respectivo à repartição fazendária competente e a certidão desta foi autualizada a respectiva inscrição no Cadastro Imobiliário

Capítulo III

Da inscrição no Cadastro de Produtores, Industriais e Comerciantes

Artigo 137 - A inscrição no Cadastro de Produtores, Industriais e Comerciantes será feita pelo responsável, ou seu representante legal, que preencherá e entregará na repartição competente ficha própria para cada estabelecimento, fornecida pela Prefeitura.

Parágrafo Único - Entende-se por Produtor, Industrial e Comerciante para os efeitos da tributação municipal do imposto incidente sôbre a circulação de mercadorias, aquelas pessoas físicas ou jurídicas, estabelecidas ou não, assim definidas e qualificadas como responsáveis pelo tributo, pela legislação estadual e regulamentos.

Artigo 138 - A ficha de inscrição do Cadastro Produtores, Industriais e Comerciantes deverá conter:

I- o nome, a razão social, ou a denominação sob cuja responsabilidade deva funcionar o estabelecimento ou serem exercidos os atos de comércio, produção e indústria;

II- a localização do estabelecimento, seja na zona urbana ou rural, compreendendo a numeração do prédio, do pavimento e da sala ou outro tipo de dependência ou sede, conforme o caso, ou de propriedade rural a êle sujeita;

III As espécies principal e acessória da atividade;

IV- a área total do imóvel, ou de parte dêle, ocupada pelo estabelecimento e suas dependências;

V- outros dados previstos em regulamento.

Parágrafo único - A entrega da ficha de inscrição deverá ser feita:

a)- quando aos estabelecimentos novos, antes da respectiva abertura ou início dos negócios;

b)- quanto aos já existentes, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, a contar da vigência dêste Código.

Artigo 139- A inscrição deverá ser permanente atualizada ficando o responsável obrigado a comunicar à repartição competente, dentro de 30 (trinta) dias, a contar da data em que ocorrerem as alterações que se verificarem em qualquer das características mencionadas no artigo anterior.

Parágrafo Único- No caso de venda ou transferência do estabelecimento sem a observância do disposto nêste artigo, o adquirente ou sucessor será responsável pelos débitos e multas do contribuinte inscrito.

Artigo 140- A cessação do estabelecimento será comunicada à Prefeitura dentro do prazo de 30 (trinta) dias a fim de ser anotada no Cadastro.

Parágrafo Único- A anotação no Cadastro será feita após a verificação da veracidade da comunicação, sem prejuízo de quaisquer débitos de tributos pelo exercício de atividades ou negócios de produtos, indústria ou comércio.

Artigo 141- Para os efeitos dêste capítulo considera-se estabelecimento ou local fixo ou não, de exercício de qualquer atividade produti

industrial, comercial ou similar, em caráter permanente ou eventual, ainda que no interior da residência, desde que a atividade não seja caracterizada como de prestação de serviço.

Artigo 142 - Constituem estabelecimentos distintos, para efeito de inscrição no Cadastro:

I - os que, embora no mesmo local, ainda que com idêntico ramo de atividade, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II - os que, embora sob a mesma responsabilidade e com o mesmo ramo de negócio, estejam em prédios distintos ou locais diversos.

Parágrafo Único: Não são considerados como locais diversos dois ou mais imóveis contíguos e com comunicação interna, nem os vários pavimentos de um imóvel.

Capítulo IV.

Da Inscrição no Cadastro de Prestadores de Serviços de Qualquer Natureza.

Artigo 143 - A inscrição no Cadastro de Prestadores de Serviços de Qualquer Natureza será feita pelo responsável, empresa ou profissional autônomo, ou seu representante legal, que preencherá e entregará na repartição competente ficha própria para cada estabelecimento fixo, ou para o local em que normalmente desenvolva atividade de prestação de serviços.

Capítulo V.

Da Inscrição no Cadastro de Veículos e Aparelhos Automotores

Artigo 144 - A inscrição de veículos e aparelhos automotores no Cadastro fiscal da Prefeitura será promovida pelos proprietários ou possuidores a qualquer título, mediante preenchimento e entrega na repartição competente de ficha própria que os caracterize.

Parágrafo Único - A inscrição de que trata êste artigo deverá ser permanentemente atualizada, ficando os proprietários ou possuidores dos veículos e aparelhos automotores obrigados a comunicar à repartição competente, para êsse fim, tôdas as modificações que ocorrerem nas suas características, assim como transferências de posse ou domínio.

Parte Especial.

Do Impôsto sôbre a Propriedade Predial Urbana.

Título IV.

Capítulo I.

Das Incidentes, das Isenções e das Reduções.

Artigo. 145 - O impôsto territorial urbano tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de terrenos, não construidos, localizadas nas zonas urbanas do Município.

§ 1.o — Para os efeitos dêste impôsto, entende-se como zonas urbanas as definidas em ato do Poder Executivo, observado o requisito mínimo da existência de pelo menos dois dos seguintes melhoramentos.

a) meio-fio ou calçamento com canalização de águas pluviais;

b) - abastecimento de água.

c) - sistemas de esgôtos sanitários;

d) - rêde de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;

e) - escola primária ou pôsto de saúde, a uma distância máxima de 3 (três) quilometros do imóvel considerado.

§ 2.o - Consideram-se também urbanas as áreas urbanizadas ou expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pela Prefeitura destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizadas fora das zonas definidas nos têrmos do parágrafo anterior.

Artigo 146 - São isentos do impôsto territorial urbano os terrenos cedidos gratuitamente para uso da União, do Estado ou do Município.

Artigo 147 - Aos proprietários de terrenos com área não inferior a 20.000 (vinte mil) metros quadrados que nêles tenham promovido os melhoramentos abaixo especificados, sem ônus aos cofres municipais poderão ser concedidas, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos, reduções do impôsto devido, na forma seguinte:

I - Canalização de água potável ..... 10%.

II - Esgotos: ..... 10%.

III - Pavimentação ..... 10%.

IV - Canalização ao galerias para aguas pluviais ... 5%.

V- Guias e sargetas ..... 5%.

Parágrafo Único - A redução será proporcional à extensão da testada correspondente ao melhoramento efetivamente executado.

Artigo 148 - O impôsto territorial urbano constitui ônus real e acompanha o imóvel em todos os casos de transmissão de propriedade ou de direitos reais a ela relativos do compromissário comprador se êste estiver na posse do imóvel.

Capítulo II

Da Alíquota e Base de Cálculo.

Artigo 149 - O impôsto territorial urbano será cobrado na base de 1% (um por cento) sôbre o valor venal do terreno.

Parágrafo Único - O impôsto territorial urbano que incide sôbre o terreno construido será reduzido de -% (— por cento) quando o seu proprietário nêle residir e desde que não possua outro imóvel no município.

Artigo 150 - O valor venal dos terrenos será apurado com base nos dados fornecidos pelo Cadastro Imobiliário, levando-se em conta, a critério da repartição, os seguintes elementos:

I - o valor declarado pelo contribuinte;

II - o índice médio de valorização correspondente à zona em que esteja situado o imóvel;

III - o preço do terreno nas últimas transações de compra e venda realizadas nas zonas respectivas;

IV - a forma, as dimensões, os acidentes naturais e outras características do terreno;

V - quaisquer outros dados informativos obtidos pelas repartições competentes.

Artigo 151 - Na determinação da base de cálculo não se considera o valôr dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.

Artigo 152 - O critério a ser utilizado para a apuração dos valores que servirão de base de cálculo para o lançamento do impôsto territorial urbano será definido em regulamento baixado pelo Executivo.

Artigo 153 - O mínimo do impôsto territorial urbano será de oitenta

centésimos do salário – mínimo regional.

Capítulo III

Do lançamento e da arrecadação

Artigo 154. O lançamento do impôsto territorial urbano sempre possível, será feito em conjunto com os demais tributos que recaem sôbre o imóvel, tomando-se por base a situação existente ao encerrar-se o exercício anterior.

Artigo 155 – Far-se-á o lançamento no nome sob o qual estiver inscrito no Cadastro Imobiliário.

§ 1.º – No caso de condomínio, figurará o lançamento em nome de todos os condôminos, respondendo cada um, na proporção de sua parte, pelo ônus do tributo.

§ 2.º – Não sendo conhecido o proprietário, o lançamento será feito em nome de quem esteja de posse do terreno.

§ 3.º – Quando o imóvel estiver sujeito a inventário, far-se-á o lançamento em nome do espólio e, feita a partilha será transferida para o nome dos sucessores; para êsse fim os herdeiros são obrigados a promover a transferência perante o órgão fazendário competente, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do julgamento da partilha ou da adjudicação.

§ 4.º – Os terrenos pertencentes a espólio, cujo inventário estija sobrestado, serão lançados em nome do mesmo, que responderá pelo tributo até que, julgado o inventário, se façam as necessárias modificações.

§ 5.º – O lançamento de terrenos pertencentes a massas falidas ou sociedades em liquidação será feito em nome das mesmas, mas os avisos ou notificações serão enviados aos seus representantes legais, anotando-se os nomes e endereços nos registros.

§ 6.º – No caso de terreno objeto de compromisso de compra e venda, o lançamento será feito em nome do promitente vendedor e do compromissário comprador, se êste estiver de posse do imóvel.

Artigo 156 – O lançamento e o recolhimento do impôsto serão efetuados na época e pela forma estabelecida no regulamento.

Parágrafo Único – O lançamento será anual e o recolhimento se

J. Barbosa

fará no número de quotas que o regulamentos fixar.

Título V.

Do Impôsto sôbre a Propriedade Predial Urbana.

Capítulo I.

Da Incidência e das Isenções.

Artigo 157- O imposto predial tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse, conjuntamente ou não com os respectivos terrenos, de prédios situados nas zonas urbanas do município.

§ 1.o — Consideram-se prédios, para os efeitos dêste artigo, tôdas as edificações ou construções que possam servir à habitação, ao uso ou recreio, seja qual fôr sua denominação, forma ou destino.

§ 2.o — Para efeito dêste impôsto entende-se como zona urbana a definida nos têrmos dos parágrafos 1.o e 2.o do artigo 145, dêste Código.

Artigo 158- São isentos do impôsto os prédios cedidos gratuitamente, em sua totalidade, para uso da União, do Estado ou do Município.

Capítulo II.

Da Alíquota e Base de Cálculo.

Artigo 159- O impôsto será cobrado na base 1% (um por cento) sôbre o valor venal da edificação ou construção, inclusive o valor do terreno.

Parágrafo Único- O imposto predial que incide sôbre o valor do imóvel será reduzido de 0,2%, quando seu proprietário nêle residir.

Artigo 160- O valor venal da edificação ou construção será calculado levando-se em conta os seguintes fatôres:

I- a área construída;

II- o valor unitário da construção;

III- o estado de conservação da edificação;

IV- a localização.

Artigo 161- O critério a ser utilizado para a apuração dos valores que servirão de base de cálculo para o lançamento do impôsto predial será definido em regulamento baixado pelo Executivo.

Parágrafo Único- O mínimo do impôsto predial será de 2% (dois por cento) do salário-mínimo regional.

Capítulo III.

Do Lançamento e Arrecadação.

Artigo 162 – O lançamento e a arrecadação do impôsto predial será feito sempre que possível, em conjunto com o impôsto territorial urbano incidente sôbre a parte tributável excedente do terreno onde esteja situado o prédio, tomando se por base a situação anterior e observando-se, no que couber, o disposto no capítulo III, do título IV dêste Código.

Parágrafo Único – Os apartamentos, unidades ou dependências com economias autônomas serão lançados um a um, em nome de seus proprietários condôminos.

Artigo 163 – O lançamento e o recolhimento do impôsto serão efetuados na época e pela forma estabelecida no regulamento.

Título VI.

Do imposto Municipal sôbre a Circulação de Mercadorias.

Capítulo I.

Da Incidência e das Isenções.

Artigo 164 – O impôsto municipal sôbre a circulação de mercadorias têm como fato gerador a saída destas do estabelecimento produtor, industrial ou comercial situado no território do município e será cobrado com base na legislação estadual pertinente.

Artigo 165 – O impôsto incidirá igualmente nas operações que forem objeto de isenção estadual, assim como nos casos em que da lei estadual resultar o respectivo diferimento para a operação subsequente realizada fora do território do município.

§ 1.º – Nas hipóteses previstas nêste artigo, o município cobrará o impôsto como se a operação fôsse tributada pelo Estado, nos têrmos da legislação dêste, aplicando-se a alíquota do impôsto municipal.

§ 2.º – Poderá deixar de ser aplicado o disposto nêste artigo se em virtude de convênio celebrado com o Estado ficar assegurado ao município o ressarcimento do montante correspondente.

Capítulo II.

Da Alíquota, da Base de Cálculo e do Recolhimento.

Artigo 166 – A base de cálculo do impôsto é o montante devido ao Estado, a título de impôsto de circulação de mercadorias e respectivos adicionais

sendo a alíquota de 30% (trinta por cento).

Parágrafo Único - A alíquota referida no artigo anterior será uniforme para tôdas as mercadorias.

Artigo 167 - O impôsto será recolhido por guias, nos mesmos prazos estabelecidos para o recolhimento do impôsto estadual.

Parágrafo Único - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar com o Estado convênio para a arrecadação do impôsto municipal juntamente com o impôsto estadual sôbre a circulação de mercadorias.

Capítulo III.

Das Penalidades e Multas.

Artigo 168 - As infrações à legislação dêste impôsto serão punidas pela autoridade municipal com multas equivalentes a 30% (trinta por cento) do montante que resultaria da aplicação da legislação estadual a infração idêntica.

Título VII.

Do Impôsto sôbre os Serviços de Qualquer Natureza.

Capítulo I.

Da Incidência e das Isenções

Artigo 169 - O impôsto sôbre os serviços de qualquer natureza tem como fato gerador a prestação, por emprêsa ou profissional autônomo, com ou sem estabelecimento fixo, de serviço, de serviço que não configure, por si só, fato gerador de impôsto de competência da União ou dos Estados.

§ 1.º - Para os efeitos dêste artigo, considera-se serviço:

a) O fornecimento de trabalho, ou a prestação de serviços com ou sem utilização de máquinas ferramentas ou veículos, a usuários ou consumidores finais;

b) - a locação de bens móveis;

c) - a locação de espaço em bens imóveis, a título de hospedagem ou para guarda de bens de qualquer natureza.

§ 2.º - As atividades a que se refere o parágrafo anterior, quando acompanhadas de fornecimento de mercadorias, serão consideradas:

a) de caráter misto se o fornecimento de mercadorias (serão considera-

fôr superior a 25% (vinte e cinco por cento) da receita bruta média mensal do estabelecimento;

b) - como representando exclusivamente prestação de serviço, nos demais casos.

Parágrafo único - Excluem-se do disposto nêste artigo os serviços de transportes e comunicações, salvo os de caráter estritamente municipal.

Artigo 110 — São isentos do impôsto:

I - os assalariados, como tais, definidos pelas leis trabalhistas e pelos contratos de relação de emprêgo, singulares ou coletivos, tácitos ou expressos, de prestação de trabalhos a terceiros;

II - os diretores de sociedades anônimas, por ações, e de economia mista, bem como outros tipos de sociedades acionistas ou participantes;

III - Os servidores públicos federais, estaduais, municipais e autárquicos, inclusive os inativos, amparados pelas respectivas legislações que os definem nessa situação ou condição.

Capítulo II.

Da Alíquota e da Base de Cálculo.

Artigo 111 - O impôsto será calculado sôbre o preço do serviço ou sôbre a receita bruta mensal do contribuinte conforme dispuser o regulamento.

Parágrafo único - No caso da letra "a" do parágrafo 2.º do artigo 109 o impôsto será calculado sôbre 50% (cinquenta por cento) da receita bruta.

Artigo 112 - O impôsto será cobrado por meio de alíquotas percentuais, de acôrdo com a Tabela I. anexa a êste Código.

Artigo 113 - Quando não puder ser conhecido o valor efetivo da receita bruta resultante da prestação de serviços ou quando os registros relativos ao impôsto não merecerem fé pelo Fisco, tomar-se-á para base de cálculo a receita bruta arbitrada, a qual não poderá, em hipótese alguma, ser inferior ao total das seguintes parcelas:

I - valor das matérias primas, combustíveis e outros materiais consumidos ou aplicados durante o ano;

II - fôlha de salários pagos durante o ano, adicionadas de honorários de diretores e retiradas e retiradas de proprietários, sócios, gerentes;

III - 10% (dez por cento) do valor venal do imóvel, ou parte dêle, e dos equipamentos utilizados pela emprêsa ou pelo profissional autônomo;

IV — as despesas com fornecimento de água, luz, força, telefone e demais encargos mensais obrigatórios do contribuinte.

Artigo 174 - O disposto nos artigos 171 a 173 não se aplica nos casos em que a receita bruta corresponder, exclusivamente, a remuneração de trabalho pessoal do contribuinte.

Parágrafo Único - Na hipótese dêste artigo, o impôsto será cobrado por meio de alíquotas fixas, de acôrdo com o disposto na tabela I, anexa a êste artigo ou dêste código.

Capítulo III.

Do lançamento e Recolhimento.

Artigo 175 - O impôsto será recolhido por meio de guia preenchida pelo próprio contribuinte, de acôrdo com o módelo, forma e prazos estabelecidos no regulamento.

Artigo 176 - Os contribuintes sujeitos ao impôsto com base na receita bruta mensal manterão obrigatòriamente, sistemas de registro do valor dos serviços prestados na forma do regulamento.

Artigo 177 - O montante do impôsto a recolher será arbitrado pela autoridade competente:

I - quando o contribuinte deixar de apresentar a guia de recolhimento no prazo regulamentar;

II - quando o contribuinte apresentar guia com omissão dolosa ou fraude;

III - quando inexistirem os registros a que se refere o artigo anterior ou fôr dificultado o exame dos mesmos.

Artigo 178 - O procedimento de ofício de que trata o artigo anterior prevalecerá até prova em contrário, feita antes do lançamento do impôsto.

Artigo 179 - O lançamento do impôsto de serviço será feito pela forma e nos prazos estabelecidos em regulamento de todos os contribuintes inscritos existentes no Cadastro de Prestadores de Serviços de Qualquer natureza, de que trata o Capítulo IV, Título III, dêste Código.

Artigo 180 - Consideram-se emprêsas distintas para efeito de lançamento e cobrança do impôsto:

I - as que, embora no mesmo local, ainda que com idêntico ramo de atividade, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II - as que, embora pertencentes à mesma pessoa física ou jurídica, tenham funcionamento em locais diversos.

Parágrafo único. Não são considerados como locais diversos dois ou mais imóveis contíguos e com comunicação interna, nem os vários pavimentos de um mesmo imóvel.

Artigo 181 - As pessoas físicas ou jurídicas, que, na condição de prestadores de serviço de qualquer natureza, no decorrer do exercício financeiro se tornarem sujeitas a incidência do impôsto serão lançadas a partir do trimestre em que iniciarem as atividades.

Artigo 182 - As emprêsas ou profissionais autônomos de prestação de serviço de qualquer natureza, que desempenharem atividades classificadas em mais de um dos grupos de atividades constantes das tabelas anexas a êste Código estarão sujeitos ao impôsto com base na alíquota imediatamente inferior à mais elevada e correspondente a uma dessas atividades.

Artigo 183 - No caso de diversões públicas e outros serviços cujo preço seja cobrado mediantes bilhetes, o impôsto poderá ser recolhido mediante estampilhas, conforme dispuser o regulamento.

Título VIII

Das Taxas.

Capítulo I.

Da Incidência e das Isenções.

Artigo 184 - Pelo exercício regular do poder de polícia ou em razão da utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou pôsto à sua disposição pela Prefeitura, serão cobradas, pelo município, as seguintes taxas:

I - de aferição de pesos e medidas;

II - de licença;

III - de expediente e serviços diversos;

IV - de serviços urbanos;

V - de Conservação de Estradas de Rodagem.

Artigo 185 - São isentos das taxas de serviços urbanos:

I - os próprios federais e estaduais, quando exclusivamente utilizados por serviços da União ou do Estado;

II - os templos de qualquer culto.

Artigo 186 - São isentos de taxas de licença para tráfego os veículos de propriedade da União, dos Estados e do Distrito Federal.

Capítulo II.

Da Taxa de Aferição de Pesos e Medidas.

Artigo 187 - A taxa de aferição de balanças, pesos e medidas recai sôbre as pessoas físicas e jurídicas, que no exercício de atividade lucrativa medir ou pesar qualquer artigo destinado a venda utilizado pelo público, e será arrecadada na conformidade da tabela anexa a êste Código.

Artigo 188 - As pessoas referidas no artigo anterior são obrigadas a possuir medidas, pesos, balanças e outros aparelhos ou outros instrumentos de pesar e medir devidamente aferidos pela prefeitura.

Parágrafo Único - A aferição de que trata êste artigo se processará nos têrmos e condições previstas na Lei de posturas municipais, observada a legislação federal respectiva.

Artigo 189 - As aferições serão feitas anualmente, ou quando necessário, no decurso do exercício, e se processarão:

I - na repartição competente, quando se tratar de início de atividade que, por sua natureza, estejam obrigados ao uso de pesos, balanças, medidas ou qualquer instrumento ou aparelho de pesar ou medir.

II - a domicílio, nos estabelecimentos de produção, comércio, indústria ou prestação de serviço, na forma declarada em instruções ou nas posturas municipais;

III - na repartição competente, quando se tratar de pesos, medidas e balanças usadas por ambulantes.

Artigo 190 - O uso de pesos, medidas e balanças, inclusive de quaisquer instrumentos ou aparelhos de pesar ou medir, não aferidos pràviamente ou, ainda, a falta ou adulteração dos mesmos, constituirá infração passível das penalidades previstas no Capítulo XII, título I dêste Código.

Capítulo III.

Das Taxas de Licença.

Seção I.

Disposições Gerais.

Artigo 191 - As taxas de licença têm como fato gerador o poder de polícia do município na outorga de permissão para o exercício de atividades ou para a prática de atos dependentes, por sua natureza, de prévia autorização pelas autoridades municipais.

Artigo 192 - As taxas de licença são exigidas para:

I - localização de estabelecimentos de produção, comércio, indústria ou prestação de serviços na jurisdição do Município;

II - renovação da licença para localização de estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços em horários especiais;

III - funcionamento estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços em horários especiais;

IV - exercício, na jurisdição do município, de comércio ambulante ou ambulante;

V - execução de obras particulares;

VI - execução de arruamentos e loteamentos em terrenos particulares;

VII - tráfego de veículos e outros aparelhos automotores;

VIII - publicidade;

IX - ocupação de áreas em vias e logradouros públicos;

X - abate de gado fora do Matadouro Municipal.

Artigo 193 - Para efeito de cobrança da taxa de licença são considerados estabelecimentos de produção, comércio, indústria ou de prestação de serviços definidos nos artigos 131 a 143 deste Código.

Seção 2ª

Da Taxa de Licença para Localização de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria e Prestação de Serviços.

Artigo 194 - Nenhum estabelecimento de produção, comércio, indústria ou prestação de serviço de qualquer natureza poderá instalar-se ou iniciar suas atividades no município sem prévia licença de localização outorgada pela prefeitura e sem que hajam sua responsáveis efetuado o pagamento das taxas devidas.

Parágrafo Único - As atividades cujo exercício dependam de autorização

de competência exclusiva da União, ou do Estado, não estão isentas da taxa de que trata êste artigo.

Artigo 195 - O pagamento da licença a que se refere o artigo anterior será exigido por ocasião da abertura ou instalação do estabelecimento, ou cada vez que se verificar mudança do ramo de atividade.

§ 1.º - A taxa será cobrada na base de 0,2% (dois centavos/décimos por cento) sôbre o valor do capital registrado do estabelecimento ou, na sua falta, do capital social total arbitrado pela autoridade municipal.

§ 2.º - Entende-se por capital social total do empreendimento a soma dos capitais próprios e alheios, demonstrados contàbilmente, pelos responsáveis ou seus representantes legais.

Artigo 196 - Os pedidos de licença para abertura ou instalação de estabelecimentos de produção, comércio, indústria ou prestação de serviços serão acompanhados da competente ficha de inscrição no Cadastro Fiscal da Prefeitura, pela forma e dentro dos prazos estabelecidos para êste fim no Título III, dêste Código.

Artigo 197 - A licença para localização e instalação inicial é concedida mediante despacho, expedindo-se Alvará respectivo.

Artigo 198 - A taxa de licença de que trata esta Seção independe de lançamento e será arrecadada quando da concessão da licença; a licença inicial, concedida depois de 30 de Junho, será arrecadada pela metade.

Seção 3ª

Da Taxa de Renovação de Licença para Localização de Estabelecimento de Produção, Comércio, Indústria e Prestação de Serviços.

Artigo 199 - Além da taxa de licença para localização os estabelecimentos de produção, comércio, indústria ou de prestação de serviços estão sujeitos, anualmente, à taxa de renovação da licença para a localização.

Artigo 200 - A taxa de renovação de licença para localização será cobrada na base de 0,15% (quinze décimos por cento) sôbre o valor do capital do estabelecimento, atualizado pelo Cadastro Fiscal da Prefeitura.

Artigo 201 - O Alvará de licença será também renovado anualmente e fornecido independentemente de nôvo requerimento, desde que o contribuinte haja efetuado o pagamento da taxa e esteja inscrito no Cadastro Fiscal da Prefeitura.

Artigo 202 - Nenhum estabelecimento poderá prosseguir nas suas atividades sem estar de posse alvará de que trata o artigo anterior, após decorrido o prazo para pagamento da taxa de renovação.

Parágrafo unico - O alvará de licença será conservado em lugar visivil

Artigo 203 - O não cumprimento do disposto no artigo anterior poderá acarretar a interdição do estabelecimento mediante ato de altoridade competente.

§ 1.0 - A interdição será precedida de notificação preliminar do responsável pelo estabelecimento, dando-se lhe o prazo de 15 (quinze) dias para que regularize sua situação.

§ 2.0 - A interdição não exime o faltozo do pagamento da taxa de renovação da licença de localização e funcionamento, a ser arrecadada nas épocas determinadas em regulamento.

Artigo 204 - Far-se-a anualmente, o lancamento da taxa de renovação de licença de localização e funcionamento, a ser arrecadada nas épocas determinadas em regulamento

Seção 4ª

Da Taxa de licença para funcionamento em horarios Especiais

Artigo 205 - Poderá ser consedida licença para funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços fora do horario normal de abertura e fechamento, mediante o pagamento de uma taxa de licença especia

Artigo 206 - A taxa de licença para funcionamento dos estabelecimentos em horarios especiais será cobrada por dia, mes ou ano, de acôrdo com a tabela anexa a êste código, e arrecadada antecipadamente e independentemente de lançamento.

Artigo 207 - É obrigatória a fiscação, junto do alvará de licença de localização em local visivel

e acessivel à fiscalização, do comprovante de pagamento da taxa de licença para funcionamento em horário especial em que conste claramente êsse horário sob pena das sanções previstas neste código.

Seção 5ª

Da taxa de licença para o exercicio de comércio Eventual ou Ambulante

Artigo 208- A taxa de licença para o exercício de comercio em determinadas épocas do ano, especialmente por ocasião, digo, de comercio eventual ou ambulante será exigivel por ano, mes ou dia,

§ 1º- Considéra-se comércio eventual, o que é exercido em determinadas épocas do ano, especialmente por ocasião dos festejos ou comemorações, em locais autorizados pela prefeitura.

§ 2º - É considerado, também, como comércio eventual, o que é exercido em instalações removiveis, colocados nas vias ou logradouros publicos, como balcões, barracas, mesas, taboleiros e semelhantes.

§ 3º- Comercio ambulante é o exercido individualmente sem estabelecimento, instalação ou localização fixa

Artigo 209- Serão definidos em regulamento as atividades que podem ser exercidas em instalações removiveis nas vias ou logradouros públicos.

Artigo 210- A taxa de que trata esta seção será cobrada de acôrdo com a tabela anexa a este código e na conformidade do respectivo regulamento, observados os seguintes prazos:

1º Antecipadamente, quando por dia;

2º Até o dia 5 (cinco) do mês em que fôr devida, quando mensalmente;

3º Durante o primeiro mês do semestre em que for divida, quando por ano.

Artigo 211. O pagamento da taxa de licença para o exercício de comércio eventual, nas vias e logradouros publicos, não dispensa a cobrança da taxa de ocupação do solo.

Artigo 212 - É obrigatória a inscrição, na repartição competente, dos comerciantes eventuais e ambulantes, mediante o preenchimento de fisca propia, conforme modelo fornecido pela prefeitura

§ 1º - Não se inclui na exigência dêste artigo os comerciantes com estabelecimento fixo que, por ocasião de festejos ou comemorações, explorem o comercio eventual ou ambulante

§ 2º - A inscrição será permanentemente atualizada por iniciativa do comerciante eventual ou ambulante, sempre que houver qualquer modificação nas caráctesristicas iniciais da atividade pôr êle exêrcida.

Artigo 213 - Ao comerciante eventual ou ambulante que satisfazer as exigências regulamentares, será consedido um cartão de abilitação contendo caracteristicas essenciais de sua inscrição e as condições de incidência da taxa, destinado a basear a cobrança desta

Artigo 214 - Respondem pela taxa de licença de comércio eventual ou ambulante as mercadorias encontradas em poder dos vendedores, mesmo que pertençam a contribuintes que hajam pago a respectiva taxa.

Artigo 215 - São isentos da taxa de licença para o exercicio do comércio eventual ou ambulante:

1º Os cegos e mutilados que exercem comercio ou indústria em escala infima;

2º Os vendedores ambulantes de livros, jornais e revistas;

3º Os engraxates ambulantes.

Seção 6ª

Da taxa de licença para execução de obras particulares.

Artigo 216- A taxa de licença para execução de obras particulares é devida em todos os casos de construção, reconstrução, reforma ou demolição de predios e muros ou qualquer outra obra, dentro das áreas urbanas do municipio.

Artigo 217- Nenhuma construção, reconstrução, reforma, demolição de obra, de qualquer natureza, poderá ser iniciada sem previo pedido de licença a prefeitura e pagamento da taxa devida.

Artigo 218. A taxa de licença para a execução de obras particulares será cobrada de conformidade com a tabela anexa a êste código

Artigo 219- São isentos da taxa de licença para execução de obras particulares:

1º A limpesa ou pintura externa ou interna de predios; muros ou gradis;

2º A construção de barracões destinados a guarda de materiais para obras ja devidamente licenciadas

3º A construção de passeios, quando do tipo aprovado pela prefeitura.

Seção 7ª

Da taxa de licença para execução de arruamentos e loteamentos em terrenos particulares.

Artigo 220- A taxa de licença para execução de arruamentos de terrenos particulares e exigivel pela permição outorgada pela prefeitura, na forma da lei, mediante previa aprovação dos respectivos planos ou projetos, para arruamento ou parcelamento de terrenos particulares, segundo o zoneamento em vigor no municipio.

Artigo 221- Nenhum plano ou projeto de

arruamento ou loteamento poderá ser executado sem o prévio pagamento da taxa de que trata esta seção.

Artigo 222 - A licença concedida constará de alvará, no qual se mensionarão as obrigações do loteador ou arruinador, com referência a obras de terraplanagem e urbanização.

Artigo 223 - A taxa de que trata esta seção será cobrada de conformidade com a tabela anexa a este código

Seção 8ª

Da taxa de licença para o tráfego de veículos

Artigo 224 - A taxa para o tráfego de veículos é devida por todos os proprietários ou possuidores de veículos em circulação no município e será cobrada anualmente, de conformidade com a tabela anexa a este código.

Artigo 225 - O pagamento da taxa será feito de uma só vez, anualmente, antes de ser feita a renovação do respectivo emplacamento pelas repartições competentes.

Paragrafo unico - Cobrar-se a pela metade da taxa referente a veículo licenciado pela primeira vez, no segundo semestre do exercício

Artigo 226 - A baixa do veículo, no registro, quando requerida depois do mês de janeiro, sujeita o proprietário ao pagamento da taxa correspondente a todo o exercício.

Artigo 227 - São isentos da taxa de licença para o tráfego de veículos:

I Os veículos de tração animal pertencentes aos pequenos lavradores, quando se destinarem exclusivamente aos serviços de suas lavouras e ao transporte de seus produtos.

2º Os veículos destinados aos serviços agrícolas usados unicamente dentro das propriedades rurais e seus possuidores,

3º Pelo prazo maximo de 60 (sessenta) dias, os veiculos de passageiros em trânsito, excursão ou turismo, devidamente licenciados em outros municipios.

Seção 9ª

Da taxa de licença para publicidade

Artigo 228 - A exploração ou utilização de meios de publicidades nas vias e logradouros publicos do municipio, bem como nos lugares de acesso ao publico fica sujeita a prévia licença da prefeitura e, quando fôr o caso, ao pagamento da taxa devida.

Artigo 229 - Incluem se na obrigatoriedade do artigo anterior:

1º Os cartazes, letreiros, programas, quadros, painéis, placas, anuncios e monstruarios, fixos, volantes, luminosos ou não, afixados, distribuidos ou pintados em paredes, muros, postes, veiculos ou calçados.

2º A propaganda falada, em lugares públicos, por meio de amplificadores de voz, alto-falantes e propagandistas.

Paragrafo unico - compreende se neste artigo os anuncios colocados em lugares de acesso ao publico, ainda que mediante cobrança de ingresso, assim como os que forem, de qualquer forma, visiveis da via publica.

Artigo 230 - Respondem pela observância das disposições desta seção tôdas as pessoas fisicas ou juridicas, as quais, direta ou individualmente, a publicidade venha a beneficiar, uma vez que a tenham autorizado.

Artigo 231 - Sempre que a licença depender de requerimento, êste deverá ser instruido com a descrição da posição, da situação, das côres, dos dizeres, das alegorias e de outras caracteristicas do meio

de publicidades, de acôrdo com as instruções e regulamentos respectivos.

Paragrafo unico. Quando o local em que se pretender colocar o anúncio não fôr propiedade do requerente, deverá êste juntamente com o requerimento apresentar a autorização do propietario

Artigo 232 - ficam os anunciantes obrigados a colocar nos painéis e anuncios, sujeitos a taxa, um numero de identificação fornecido pela repartição competente.

Artigo 233 - Os anúncios devem ser escritos em boa e pura linguagem ficando, por isso, sujeitos a revisão da repartição competente.

Artigo 234 - A taxa de licença para publicidades i cobrada segundo o periodo fixado para a publicidade é de conformidades com a tabela anexa a este código.

§ 1º ficam sujeitos ao acréscimo de 10% (déz por cento) da taxa, os anúncios de qualquer natureza referentes a bebidas alcólicas, bem como os redigidos em lingua estrangeiras.

§ 2º A taxa será paga adiantadamente por ocasião da outorga da licença.

§ 3º Nas licenças sujeitas a renovação anual, a taxa será paga no prazo estabelecido em regulamento.

Artigo 235 - São isentos da taxa de licença para publicidades:

1º Os cartazes ou letreiros destinados a fins patrióticos, religiosos ou eleitorais;

2º As tabuletas indicativas de sitios, granjas ou fazendas, bem como as de rumo ou direção de estradas;

3º Os disticos ou denominações de estabelecimentos comerciais e industriais apostos nas paredes e vitrines internas;

7º Os anúncios publicados em jornais, revistas ou catálagos e os irradiados em estação de radio-difusão.

Seção 10ª

Da taxa de licença para ocupação do solo nas vias e logradouros públicos.

Artigo 236 - Estende-se por ocupação do sólo aquela feita mediante instalação provisória de balcão, barraca, mesa, tabuleiro, quiósque, aparelho e qualquer outro móvel ou utensilio, depositos de materiais para fins comerciais, ou de prestação de serviços, estacionamento privativo de veiculos, em locais permitidos.

Artigo 237 - Sem prejuizo do tributo e multa devidos, a prefeitura apreenderá e removerá para seus depósitos qualquer objetos ou mercadoria deixados em locais não permitidos, ou colocados em vias e logradouros publicos, sem o pagamento da taxa de que trata esta seção.

Seção 11ª

Da taxa de licença para o abate de gado fora do matadouro municipal.

Artigo 238 - O abate do gado destinado ao consumo público, quando não fôr feito no matadouro municipal, só será permitido mediante licença da prefeitura, precedida da inspeção sanitaria feita nas condições previstas nas posturas municipais.

Artigo 239 - Concedida a licença de que trata o artigo anterior o abate do gado fica sujeito ao pagamento da taxa respectiva, cobrada de acôrdo com a tabela anexa a êste código.

Artigo 240 - A exigência da taxa não atinge o abate de gado em xarqueados, frigorificos ou outros estabelecimentos semelhantes, fiscalizados pelo serviço federal competente salvo quanto ao gado cuja carne fresca

se destinar ao consumo local, ficando o abate, nesse caso, sujeito ao tributo.

Artigo 241 - A arrecadação da taxa de que trata esta seção será feita no ato da conseção da respectiva licença ou, no caso do artigo anterior, ao ser a carne, distribuida ao consumo local.

Artigo 242 - fica sujeito as penalidades previstas neste código e nas posturas municipais quem abater gado fora do matadouro municipal, sem prévia licença da prefeitura e pagamento das taxas devidas.

Capitulo IV

Das taxas de expediente e serviços diversas

Seção 1ª

Da taxa de expediente

Artigo 243 - A taxa de expediente é devida pela apresentação de petição e documentos às repartições da prefeitura, para apreciação e despacho pelas autoridades municipais, ou pela lavratura de termos e contratos com o municipio.

Artigo 244 - A taxa de que trata este capitulo é devida pelo peticionario ou por quem tiver interêsse direto no ato do governo municipal, e será cobrada de acôrdo com a tabela anexa a êste código.

Artigo 245 A cobrança da taxa de expediente será feita por meio de guia, conhecimento ou processo mecânico na ocasião em que o ato fôr praticado, assinado ou visado, ou em que o instrumento fôr mal protocolado, expedido ou anexado, desentranhado ou devolvido.

Artigo 246 - ficam isentos da taxa de expediente os requerimentos e certidões relativos ao serviço de alistamento militar ou fins eleitorais.

Seção 2ª

Das taxas de serviços diversos

Artigo 247- Pela prestação de serviços de numeração de prédios, de apreenção e depósito de bens moveis, semoventes e mercadorias, de alinhamentos e nivelação e de cimitério, inclusive quanto às conseções, serão cobrados as seguintes taxas:

1º de numeração de predios;

2º de apruenção de bens moveis e semoventes e de mercadorias;

3º de alinhamento e nivelamento

4º de cemiterio

Artigo 248- A arrecadação das taxas de que trata esta seção será feita no ato da prestação de serviço, anticipadamente, ou posteriormente, segundo as condições previstas em regulamento ou instruções e de acôrdo com as tabelas anexas a este código.

Capitulo V

Da taxa de serviços urbanos.

Artigo 249- A taxa de serviços urbanos tem como fato gerador a prestação, pela prefeitura, de serviços de limpeza pública, iluminação pública, conservação de calçamento e vigilância noturna a ser devida pelos propitarios ou possuidores, a qualquer titulo, de imóveis edificados ou não, localizados em logradouros beneficiados por êsses serviços.

Artigo 250- A taxa definida no artigo anterior insidirá sobre cada uma das economias autônomas beneficiados pelos referidos serviços.

Artigo 251- A base de cálculo da taxa de servissos urbânos e o metro de estrada do terreno multiplicado pelo numero de serviços efetivamente prestados ou postos a disposição do contribuinte.

Artigo 252- A aliquota da taxa de serviços urbanos

será de 0,5 % (cinco por cento) do salário-mínimo regional.

Artigo 253 - A taxa de serviços urbanos será cobrada juntamente com os impostos imobiliários.

Capítulo VI

Da taxa de conservação de estradas de rodagem

Artigo 254 - O lançamento da taxa de conservação de estradas de rodagens será feitos de acôrdo com o cadastro imobiliário rural, com incidência na área do imovel.

§ 1º Para apuração da área, fica o propietário do imovel rural obrigado a prestar as informações nesseçarias para o cadastramento.

§ 2º A eliquota da taxa de conservação de estradas de rodagem será de 1 % (um por cento) sobre o salario-minimo regional, por hectare.

Título 9º

Da contribuição de melhoria.

Artigo 255 - A contribuição de melhoria será cobrada pelo municipio, para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliaria, tendo como limite total a despesa realizada, e como limite individual o acrecsimo de valor que da obra resulta para cada imovel beneficiado, especialmente nos seguintes casos.

1º Abertura ou alargamentos de ruas, parques, campos de esporte, vias e logradouros publicos, inclusive estradas, pontes, tuneis e viadutos.

2º Nivelamento, retificação, pavimentação, impermeabilização ou iluminação de vias publicas ou logradouros publicos bem como a instalação de esgôtos pluviais ou sanitarios;

3º Proteção contra inundações, saneamento em gera

drenagem, retificação e regularização de cursos de água;

4º Canalização de água potavel e instalação de rede eletrica;

5º Aterros e obras de embelezamento em geral, inclusive desapropiação para desenvolvimento paisagistico.

Artigo 256 - Para cobrança da contribuição de melhoria a repartição competente deverá:

1º Publicar préviamente os seguintes elementos.

a) - orçamento, diga, memorial descritivo do projeto

b) - orcamento de custo de obra;

c) - determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição;

d) - delimitação da zona beneficiada;

e) - determinação do fator de absorção de beneficio da valorização para toda a zona ou para uma das áreas diferenciadas.

2º fixar o prazo, não inferior a 30 (trinta) dias, para impugnação, pelos interesados, de qualquer dos elementos referidos no numero anterior.

§ 1º - Por ocasião do respectivo lançamento, cada contribuinte deverá ser notificado do montante da contribuição, da forma e dos prazos de seu pagamento e dos elementos que integrarem o respectivo calculo.

§ 2º - Caberá ao contribuinte o onus da prova quando impugnar quaisquer dos elementos a que se refere o nº 1 desse artigo.

Artigo 257 - Responde pelo pagamento da contribuição de melhoria o propietario do imovel ao tempo do respectivo lançamento transmitindo-se a responsabilidade aos adquirentes, ou sucessores, a qualquer titulo.

Artigo 258 - As obras ou melhoramentos que justifiquem a cobrança da contribuição de melhoria

enquadrar-se-ão em dois programas.

1º Ordinario, quando referente a obras preferenciais e de iniciativa da própia administração.

2º Extraordinario, quando referente a obra de menor interesse geral, solicitada por, pelo menos, dois terços dos propietarios interessados.

Artigo 259 - No custo das obras serão computadas as despesas de estudo e administração, desapropriação e operações de financiamento, inclusive juros não excedentes de 12% (Doze por cento) ao ano sôbre o capital empregado.

Artigo 260 - A distribuição gradual da contribuição de melhoria entre os contribuintes será feita proporcionalmente aos benficiados, constantes do cadastro imobiliario; na falta dêsse elemento, tomar-se-á por base a àrea ou a testada dos terrenos.

Artigo 261 - Para o cálculo nessessário a verificação da responsabilidade dos contribuintes, prevista nêste código, serão tambêm computadas quaisquer àreas marginais, correndo por conta da prefeitura as quotas relativas aos terrenos isentos da contribuição de melhoria.

Paragrafo unico - A dedução de superficies ocupado por bens de uso comum e situadas dentro da propiedade tribitada, somente se autorizará quando o dominio dessas àreas haja sido legalmente transferido à união, ao Estado e ao municipio.

Artigo 262 - No calculo da contribuição de melhoria deverão ser individualmente considerados os imóvel constantes do loteamento aprovado ou fisicamente devidos em caráter definitivo.

Artigo 263 - Para efeito de cálculo e lançamento da contribuição de melhoria considerar-se-ão como uma só propiedade as àreas contiguas, de um

mesmo propietário, ainda que provenientes de títulos diversos.

Artigo 264 - Quando houver condominio, quer de simples terreno, quer de terreno e edificação, a contribuição será lançada em nome de tôdas os condôminos, que serão responsaveis na proporção de suas quotas.

Artigo 265 - Em se tratando de vila edificada no interior do quarteirão a contribuição de melhoria corresponde à àrea pavimentada fronteira à entrada da vila e será cobrada de cada propietário proporcionalmente ao terreno ou fração ideal de terreno de cada um. A àrea reservada a via ou logradouro interno, de serventia comum, será pavimentada integralmente por conta dos propietarios

Artigo 266 - No caso de parcelamento de imovel ja lançado, poderá o lancamento, mediante requerimento do interessado, ser desdobrado em tantos outros quantos forem os imoveis sem que efetivamente se subdividir o privitivo

Artigo 267 - Para efetuar os novos lancamentos previstos no artigo anterior será a quota relativa à propriedade primitiva distribuida de forma que a soma dessas novas quotas corresponda à quota global anterior.

Artigo 268 - As obras a que se refere o numero 2 do artigo 258 quando julgadas de interesse publico, só poderão ser iniciados após ter sido feita pelos interessados a caução fixada.

§ 1º - A importância da caução não poderá ser superior a 2/3 (dois terços) do orçamento total previsto para a obra.

§ 2º Orgão fazendário promoverá, a seguir, a organização do respectivo rol de contribuições, em que mencionará, tambem, a caução que couber a cada interessado.

Artigo 269 - Completadas as diligências de que trata

o artigo anterior expedir-se-a edital convocando os interessados para, no prazo de 30 (trinta) dias, examinarem o projeto, as especificações, o orçamento, as contribuições e as cauções arbitradas.

§ 1º Os interessados, dentro do prazo previsto neste artigo, deverão manifestar-se sôbre se concordam ou não com o orçamento, as contribuições e a caução, apontando as duvidas e enganos a serem sanados.

§ 2º As cauções não vencerão juros e deverão ser prestadas dentro do prazo não superior a 60 (sessenta) dias, a contar da data do vencimento do prazo fixado no edital de que trata êste artigo.

§ 3º Vão sendo prestadas, totalmente, as cauções no prazo de que trata o § 2º a obra solicitada não terá inicio, devolvendo-se as cauções depositadas.

§ 4º Em sendo prestadas todas as cauções individuais e achando-se solucionadas as reclamações feitas, as obras serão executadas, procedendo-se dai em diante na conformidade dos dispositivos relativos a execução de obras do plano ordinário.

§ 5º Assim que a arrecadação individual da contribuições atingir quantia que, somada as das cauções prestadas, perfaça o total do debito de cada contribuinte, transferir-se-ão as cauções a receita respectiva, anotando-se no lançamento da contribuição a liquidação total do debito.

Artigo 270 - Ainda dentro do prazo de 30 (trinta) dias, referido no artigo anterior, poderá o propietário reclamar contra a importancia lançada, de acôrdo com o processo estabelecido para reclamações contra lançamentos de tributos previstos neste código.

Paragrafo unico É facultado, digo, a execução das obras e melhoramentos só terá inicio

após o julgamento das reclamações de que trata êste artigo.

Artigo 271 – A contribuição de melhoria será paga de uma só vez, quando inferior a metade do salario minimo regional ou, quando superior a essa quantia, em prestações mensais, semestrais ou anuais, a juros de 8% (oito por cento) não podendo o prazo para recolhimentos parcelados ser inferior a 1 (um) ano, nem superior a 5 (cinco) anos.

Parágrafo unico – É facultado ao contribuinte antecipar o pagamento de prestações devidas, com desconto dos juros correspondentes.

Artigo 272 – Quando a obra fôr entregue gradativamente ao publico, a contribuição de melhoria, a juizo da administração, poderá ser cobrada proporcionalmente ao custo das partes concluidas.

Artigo 273 – É licito ao contribuinte pagar o debito previsto com titulos da divida pública municipal, pelo valor nominal, emitidos especialmente para o financiamento da obra ou melhoramento, em virtude da qual foi lançado.

Artigo 274 – Iniciada que seja a execução de qualquer obra ou melhoramento sujeito a contribuição de melhoria, o orgão fazendário será cientificado a fim de, em certidão negativa que vier a ser fornecida, fazer constar o ônus fiscal correspondente aos imóveis respectivos.

Artigo 275 – Não sendo fixada, em lei a parte do custo da obra ou melhoramento a ser recuperada dos beneficiados, caberá ao prefeito faze-lo, mediante decreto e observadas as normas estabelecidas nêste titulo.

Paragrafo unico – O prefeito fixará, tambem, os prazos de arrecadação necessarios a aplicação da contribuição de melhoria.

Artigo 276 - Não caberá a exigência da contribuição de melhoria quando as obras ou melhoramentos forem executados sem prévia observancia das disposições contidas nêste titulo.

Capitulo 2º

Disposições Especiais Sôbre as Obras de Pavimentação

Artigo 277 Entendem-se por obras ou serviços de pavimentação, além da pavimentação propriamente dita, da parte carroçavel das vias e logradouros públicos e de passeios, os trabalhos preparatórios ou complementares habituais, como estudos topograficos terraplanagem superficial, obras de escoamento local, guias, pequenas obras de arte e ainda os serviços administrativos, quando contratados.

Artigo 278 A contribuição de melhoria é devida pela execução de serviços de pavimentação

1º Em vias, no todo ou em parte, ainda não pavimentada;

2º Em vias cujo tipo de pavimentação, por motivo de interêsse público, a juizo da prefeitura, deva ser substituido por outro de melhor qualidade.

§ 1º No caso de substituição por tipo idêntico ou equivalente não e devida a contribuição desde que as obras privitivas hajam sido executadas sob regime de contribuição de melhoria, taxa de calçamento ou tributo equivalente.

§ 2º Nos casos de substituição por tipo de melhor qualidade a contribuição será calculada tomando-se por base a diferença entre o custo da pavimentação nova e o da parte correspondente ao antigo reorçado êste ultimo com base nos preços do momento; reputar-se-a nulo, para esse efeito, o custo da pavimentação anterior, quando feita em material silico-argiloso, macadame ou com simples apedregulhamento

Artigo 279 - O custo das obras de pavimentação, que vierem a ser executadas nos termos dos artigos anteriores, será dividido entre os propietarios dos terrenos marginais as vias e logradouros públicos beneficiados, segundo o disposto no artigo 255 deste codigo, de conformidade com a àrea que possuam

Artigo 280 - Para cálculo da contribuição a ser cobrada de cada propietário marginal, não se tomará distância superios a 8 (oito) metros entre o meio fio e o eixo da via ou logradouro público, em se tratando de via carroçavel de largura superior a 16 (dezesseis) metros, correndo o excesso por conta da prefeitura.

Artigo 281 - Assentado periodicamente o programa ordinário da pavimentação, procederão as repartições técnicas competentes a elaboração dos projetos e das especificações e orçamentos respectivos.

Artigo 282 - Aprovado o orçamento de cada trecho tipico e apurada a importância total a ser distribuida entre as àreas marginais, será verificada a quota correspondente a cada uma destas.

Capitilo 3º

Dipoziçõis Especiais Sobre as Obras de Construçõis de Estradas

Artigo 283 - Entende-se por obras de construção de estradas, os trabalhos de levantamento, locação, cortes, aterros, desaterros, terraplanagem, pavimentação, escomento, e suas respectivas obras de artes, como pontes, viadutos, pontilhões, bueiros, mata burros e outros, e, quando se tratar de obra contratada, os serviços de administração.

§ 1º - São ainda consideradas como obras de construção as de pavimentação asfaltica, poliedrica ou a

paralelepipedo, quando executadas em toda a extensão de estrada, ligando uma aglomeração urbana a outra

§ 2º São considerados apenas de conservação as obras de construção de desvios, retificação parcial, construção de pontes, viadutos, pontilhões, mata-burros e ensaibramento em estradas existentes.

Artigo 284 - A contribuição de melhoria exigida na forma deste capitulo destina-se exclusivamente a indenização parcial das despesas feitas com a construção de estradas municipais e será exigivel dos propietarios de terrenos marginais, lindeiros ou adjacentes as obras realizadas na area rural do municipio, quando da obra resultar beneficio para os mesmos.

Artigo 285 - O custo das obras de construção de cada estrada observados as disposições constantes do capitulo 1º deste titulo, será dividido entre a prefeitura e os propietarios dos terrenos nas seguintes formas:

1º um sexto (1/6) caberá aos propitários dos terrenos marginais.

2º um duodecimo (1/12) caberá aos propietários dos terrenos marginais adjacentes ou não a estrada construida, mas cujos propietários passarem mediata ou imediatamente a ser servidos pela estrada e por ela beneficiados;

3º o restante caberá a prefeitura, a contadas quotas do fundo rodoviario, ou de outras verbas destinadas a construção de estradas.

Artigo 286 - Quando a construção fôr solicitada por interessados e a estrada se destinar ao uso privativo dos mesmos, cobrar-se-a custo total das obras mediante deposito previo e integral do valor orçado.

Artigo 287 - O cálculo da contribuição exigivel de cada proprietário será feito nas seguintes bases:

1º levantar-se a um rol dos imoveis beneficiados diretamente e outro dos beneficiados indiretamente pela obra

executada, contendo os nomes dos proprietarios e os valores venais de cada imovel, excluidos os valores das benfeitorias, devendo cada rol ser somado separadamente.

2º achar-se-ao, a seguir, separadamente, um sexto (1/6) e um duodecimo (1/12) do custo total das obras executadas;

3º dividindo-se o total de cada rol pela quantia correspondente a um sexto (1/6) ou a um duodécimo (1/12) do custo da obra, conforme o caso obter-se-a um quociente que dividido pelo valor venal de cada terreno, dará a contribuição relativa a êsse terreno.

Artigo 288- Aplicar-se, quanto aos condôminos, ao lançamento e a arrecadação desta taxa, as disposições constantes do capitulo 1º deste titulo.

Titulo 10º

Capitulo unico

Das disposições finais

Artigo 289- Salario minimo, para efeitos deste código, e o vigente no municipio a 31 de dezembro do ano anterior àquele em que se efetuar o lançamento ou se aplicar a multa.

Paragrafo unico- Serão desprezadas as frações de cr$ 100 (cem Cruzeiros) até Cr$ 50 (Cinquenta Cruzeiros) inclusive, e arredondadas para mais as parcelas superiores a referida fração, ao ser considerado o salario minimo para os efeitos deste código

Artigo 290- Serão desprezados as fraçõis de cr$ 1.000 (hum mil Cruzeiros) na apuração da base de cálculo dos impostos predial e territorial urbano.

Artigo 291- Os créditos fiscais decorrentes de tributos de competência municipal, vigentes até 31 de dezembro de 1966, ficarão preservados em lei de orçamento independentemente de sua inscrição na divida ativa do municipio.

Artigo 292- Este codigo entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 1967. revogadas as disposições em contrário.

Meridiano, 31 de dezembro de 1.966

Joaquim Chaves Casquet
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria da Prefeitura na data supra.

José Guilherme da Silva
Secretário Municipal

Tabela I

Tabela para o Lançamento e Cobrança do Imposto sôbre Serviços de Qualquer Natureza

Discriminação	Alíquota
1º Profissionais Liberais	40% s/o salario minimo
2º Fornecimento de trabalho por empreza ou profissional autônomo com ou sem utilização de maquinas, ferramentas ou veiculos.	1% sôbre a receita bruta
3º Atividades de construção ou reparação de bens imoveis de qualquer natureza, efetuadas por pessoas fisicas ou juridicas que por meio de contrato de manutenção, empreitada ou administração.	1% sobre a receita bruta.
4º As atividades do item anterios, quando acompanhadas de fornecimento de materiais.	0,50% s/a receita bruta
5º Locação de bens móveis de qualquer natureza.	1% sôbre
6º Locação de espaço em bens imoveis a titulo de hospedagem ou guarda de bens de qualquer natureza	50% da receita bruta
7º Exercicio de funções e praticas de diversões ou desportos públicos, por pessoas fisicas ou juridicas, localizadas ou não, como espectadoras, participantes ou prestadoras de serviços desta natureza.	0,50% s/a receita bruta 10% sobre a receita bruta ou o preço do ingresso

J. Chasfut

Tabela 2ª

Tabelas para o lançamento e a cobrança da taxa de Aferição de Pesos e medidas

Nº	Discriminação	Aliquota % sobre o salario minimo
	1º Balanças Comuns	
1º	Até 20 quilos	3,00
2º	Até 50 quilos	4,00
3º	Até 100 quilos	5,00
4º	Até 1000 quilos	10,00
5º	Até 3.000 quilos	20,00
	2º Balanças Automáticas	
6º	Até 10 quilos	3,00
7º	Até 50 quilos	4,00
8º	Mais de 50 quilos	20,00
	3º Pesos	
9º	Jogo de pesos por 8 unidades ou fração	3,00
	4º Medidas Lineares	
10º	metro, fita metrica e trena, cada	1,00
	5º Medidas de Capacidades	
11º	Jogo de medidas de 1a 100 Litros	5,00
12º	Bomba de gasolina ou óleo	50,00
13º	Carro-tanque	50,00
14º	Qualquer outra medida de capacidade	10,00
	6º Outras medidas	
15º	Medidores de consumo de energia eletrica por medidor	2,00

Tabela III

Tabelas para o Lançamento e Cobrança da Taxa de Licença

Itens	Especificações e Discriminações	Alíquotas		
	1º Taxa de licença para funcionamento de estabelecimentos comercias em horario especial	% sôbre o salário minimo		
1	Prorrogação de horário:			
	1 até as 22 horas:			
	Por dia	1,50		
	Por mês	7,50		
	Por ano	15,00		
	2 além das 22 horas			
	Por mês, digo, por dia	0,50		
	Por mês	10,00		
	Por ano	15,00		
2	Antecipação de horário			
	Por dia	0,25		
	Por mês	5,00		
	Por ano	15,00		
	2º Taxa de licença para exercicio de comercio eventual ou ambulante	Alíquota sôbre o salário-mínimo		
	a) Comercio Eventual	Dia	Mês	Ano
3	Alimentos preparados, inclusive refrigerantes para venda em balcões, barracas ou mesas	3,50	10,00	20,00
4	Aparelhos eletricos de uso doméstico	3,50	10,00	20,00
5	Armarinhos e miudesas	3,50	10,00	20,00
6	Artefatos de couro	3,50	10,00	20,00
7	Artigos carnavalescos (mascaras confetis, serpentinas, lança-perfumes e artigos congêneres)	3,50	10,00	20,00
8	Artigos para fumantes	3,50	5,00	10,00
9	Artigos não especificados nesta tabela	3,50	10,00	20,00
10	Artigos de papelaria	3,50	10,00	20,00
11	Artigos de toucador	3,50	10,00	20,00
12	aves	3,50	10,00	20,00
13	Baralhos e outros artigos de jogos considerados de azar	3,50	10,00	20,00
14	Brinquedos e artigos ornamentais para presentes	1.00	10.00	20,00
15	Jogos de artifícios	1.00	10,00	20,00

Ítens	Especificações e Discriminações	Tabela		
		% s/o salário	- mínimo	
16	frutas nacionais e estrangeiras	3,50	10,00	20,0
17	Gêneros e produtos alimentícios, aves, ovos, doces, frutas, queijo, peixe e carne, etc.	3,50	15,00	30,0
18	jóias e relógios	3,50	15,00	30,0
19	Louças, ferragens e artefatos de plásticos e de borracha, vassouras, escovas, palhas de aço e semelhantes	1,50	15,00	30,0
20	Peles, peliças, plumas ou confecções de luxo	2,00	10,00	20,0
21	Revistas, livros e jornais	—	—	—
22	Tecidos e roupas	3,50	25,00	50,0
	b) Comércio Ambulante			
23	Alimentação preparada e fornecida em marmitas, para mais de 3 pessoas, quando o fornecedor não pagar impôsto de outra natureza	3,50	10,00	20,00
24	Armarinhos e miudezas	3,50	10,00	20,00
25	Artigos não especificados	3,50	10,00	20,00
26	Artigos de tocador	3,50	10,00	20,00
27	Bijouterias e pedras não preciozas	3,50	10,00	20,00
28	Bringuedos	3,50	10,00	20,00
29	Confexões de luxo, peles, pelices, plumas	3,50	10,00	20,00
30	Fazendas e roupas feitas	3,50	10,00	20,00
31	Gêneros e produtos alimentícios	3,50	10,00	20,00
32	Joias e pedras preciozas	3,50	15,00	30,00
33	Louças, ferragens, artefatos plásticos e de borracha, vassouras, escovas, palhas-de-aço e semelhantes.	1,50	15,00	30,00
34	Malhas, meias, gravatas e lenços	3,50	15,00	30,00

		% sobre o s
	III Taxa de Licença para Obras Particulares	
	a) Construções	lario minim
35	Barracões nos quintais de casas residenciais, metro quadrado de área útil de piso coberto:	
	1º nas áreas urbanas	0,25
	2º nas áreas de expansão urbana e nos povoados	0,20
36.	Dependências em prédios residenciais, por metro quadrado de área útil de piso coberto:	
	1 - nas áreas urbanas	0,25
	2. nas áreas de expansão urbana e nos povoados	0,20.
37.	Dependências em prédio utilizado por estabelecimento de qualquer natureza por metro quadrado	0,25.
38.	Fornos, sargetas, paredes e muros divisórios, por metro linear.	0,25.
39.	Embarcações:	
	1 - de grande calado.	-
	2 - de pequeno calado	-
	3 - barcos, saveiros, lanchas, botes, etc...	-
40.	Estaleiros	-
41.	Fôrnos de padaria	2,00
42.	Fôsras - cada uma	2,00
43.	Galpões para qualquer fim, por metro quadrado - área útil de piso coberto	0,25.
44.	Garagens e postos de lubrificação por metro quadrado - áreas úteis de piso coberto	0,25
45.	Muros com gradil ou não, por metro linear:	
	1. Nas áreas urbanas.	0,25
	2 - Nas áreas de expansão urbana e nos povoados.	0,15.
46.	Obras não especificadas nesta tabela por metro quadrado de área útil de piso coberto.	0,25.
47.	Obras pequenas ou acréscimos, de área de difícil medição, não especificado nesta tabela.	0,25.
48.	Prédios residênciais de mais de um pavimento, por	

	metro quadrado de área útil de piso coberto:	
	1. nas áreas urbanas	0,25.
	2. nas áreas de expansão urbana e nos povoados	0,20.
49.	Prédios de um ou mais pavimentos a serem usados em atividades industriais, comerciais ou profissionais, por metro quadrado de área útil de piso coberto	0,25.
	b) Reconstruções:	
50.	As licenças para reconstruções, parciais, pagarão a taxa de acôrdo com sua natureza pela metade do que estiver especificado nesta tabela, para construções	—
	c) Consertos e Reparos:	
51.	Diversos - chaminés, pilares, portões, fossas e outras instalações externas.	0,50
52.	Fachadas - desde que não se trate de reconstrução - por pavimento	2,00.
53.	Muros, por metro linear	0,25.
54.	Pequenos serviços em prédios	1,00
55.	Telhados, desde que não se trate de construção.	1,00.
	d) Obras Diversas:	
56.	Abertura de portões:	
	1. Em prédios residênciais	0,50.
	2. Em prédios ocupados com estabelecimentos de qualquer natureza.	1,00.
57.	Andaimes - no alinhamento do logradouro inclusive tapumes, para construção, reconstrução, pinturas ou reparos gerais de prédios por metro linear e por seis mêses ou fração	0,25.
58.	Cortes em meio fio para entrada automóveis	2,00
59.	Demolição - por metro quadrado de área da edificação a ser demolida.	0,50.
60.	Loteamento de páteos e quintais	1,00.
61.	Marquises de vidro metal ou outro material, a serem colocadas em prédios comerciais ou industriais, cada uma	1,00
62.	Mudança de bomba de gasolina, ou outro combustível lí-	

quido, de um para outro local. 2,00

63. Toldos ou cobertas movediças a serem colocados nas fachadas de prédios:

1 - comerciais e industriais, cada um 1,00

2 - em prédios residênciais, cada um 0,50

64. a) Arruamentos:

1 - com área de até 20.000 metros quadrados, descontadas as destinadas a logradouros públicos. 100,00

2 - com mais de 20.000 metros quadrados, por metro quadrado que exceder, além da taxa fixa de dez por cento (10%) do salário mínimo. 0,20

65. b) Loteamentos:

1 - com área de até 10.000 metros quadrados, descontadas as destinadas a logradouros públicos e as que serão doadas ao Município 100,00

2 - de mais de 10.000 metros quadrados, por metro quadrado que exceder além da taxa fixa de dez por cento (10%) do salário-mínimo.

V - Taxa de Licença para Tráfego de veículos.

66. a) Veículos de Tração a Motor:

Ambulâncias:

1 - Para transportes de doentes. 15,00.

2 - Funerais.

67. Automóveis; com motor até 100 HP:

1 - modêlo de fabricação do ano em que fôr feito o registro 10,00

2 - modêlo de fabricação do ano anterior aquêle em que fôr feito o registro 8,00

3 - modêlo de fabricação do ano imediatamente anterior ao de nº 2. 8,00.

4 - modêlo de fabricação dos anos anteriores ao de nº 3 8,00

68. Automóveis com motor de mais de 100 HP:

1 - modêlo de fabricação do ano em que fôr feito o

	registro	15,00
	2- modêlo de fabricação do ano anterior aquêle em que fôr feito o registro	12,00
	3- modêlo de fabricação do ano imediatamente anterior ao de nº 2	12,00
	4- modêlo de fabricação dos anos anteriores ao de nº 3	14,00
69-	Auto - lotação:	
	1- até 12 passageiros	20,00
	2- de mais de 12 passageiros	22,0
70-	Auto - ônibus:	
	1- até 20 passageiros	20,00
	2- de mais de 20 passageiros até 30	30,00
	3- de mais de 30 passageiros	40,00
71-	Auto - oficina:	
	1- automóvel ou camioneta - oficina.	15,00
	2- caminhão - oficina	20,00
72-	Automotores em geral: elevadores, guindastes, empilhadeiras, rebocadores, ascensores, estaqueadores, britadores e similares	15,00
73-	Caminhões e camionetas de carga:	
	1- com capacidade até 1 tonelada	10,00
	2- com capacidade de mais de uma tonelada até duas toneladas	12,00
3-	idem, idem, de mais de 2 até 3 toneladas	15,00
	4- idem, idem de mais 3 até 6 toneladas	15,00
	5- idem, idem, de mais de 6 até 9 toneladas	15,00
	6- idem, idem de mais de 9 até 12 toneladas	25,00
	7- idem, idem de mais de 12 toneladas	30,00
74-	Motocicletas, com ou sem «side-car»	5,50
75-	Reboques e tratores:	
	1- reboque ou «trailer»	4,00
	2- trator de rodas de borracha	10,00
	3- trator com rodas ou esteiras de ferro	20,00

b) Veículos de tração animal:

76- De carga, desprovido de molas:

1- de rodas com aros de ferro ou de madeira. 3,00

2- de rodas com aros de borracha maciça. 3,00

3- de rodas com aros de borracha pneumático 1,00

77- De carga providos de molas:

1- de rodas com aros de ferro ou madeira 3,00

2- de rodas, com aros de borracha maciça 3,00

3- de rodas, com aros de borracha pneumática 3,00

78- De passageiros:

1- de 2 rodas com pneumáticos 3,00

2- idem, idem com aros de borracha maciça 3,00

3- de 4 rodas com aros pneumáticos 1,00

4- de 4 rodas com aros de borracha maciça 1,00

c- Outros Veículos:

79- Bicicletas, particular e aluguel 3,00.

80- Bicicletas motorizadas, lambretas, vespas e similares, carrocinhas, triciclos a pedal ou carrinhos de mão a frete ou para venda ou entrega de mercadorias 5,50

81- Embarcação. —

VI - Taxa de Licença para Publicidade.

82- Alto-falante, rádio vitrola e congêneres, por aparelho e por ano, quando permitido no interior de estabelecimentos comerciais, industriais ou profissionais 7,00

83- Anúncios:

1- sob forma de cartaz, cada um 3,00

2- em mesas, cadeiras ou bancos, toldos, lambrinelas, capotas, cortinas e semelhantes 0,50

3- no interior de veículo, por veículo e por ano 0,50.

4- no exterior de veículo, por veículo e por ano 2,00.

5- em veículos destinados especialmente a propaganda por veículos e por dia 0,30.

6- conduzido por uma ou mais pessoas cada um,

	por pessoa e por dia	0,50.
	7- distribuído em mão ou a domicílio, por milheiro ou fração	2,00
	8- colocado no interior de estabelecimento, quando estranho à atividade dêste por anúncio e por ano	0,50.
	9- em pano de bôca de teatro ou casa de diversões, por anúncio e por mês	0,50.
	10- projetados na tela de cinema, por filme ou chapa, por dia	0,10.
	11- pintado na via pública, quando permitido, por metro quadrado e por dia	0,50
	12- em faixas, quando permitido, por dia	0,50.
84-	Emblema, escudo ou figura decorativa por unidade e por ano	0,50.
85-	Letreiro - placa ou dístico metálico ou não, com indicação de profissão, arte, ofício, comércio ou indústria, nome ou endereço, quando colocado na parte externa de qualquer prédio, por letreiro, placa ou dístico, por ano	3,00.
86-	Mostruário - colocado na parte externa dos estabelecimentos comerciais, ou em galerias, estações, abrigos, etc... por mostruário e por ano	3,00
87-	Painel:	
	1- painel, cartaz ou anúncio colocado em circos ou casas de diversões, por unidade e por mês	0,50
	2- idem, idem, inclusive letreiros sempre semelhantes, luminosos ou não, na parte externa dos edifícios, por metro quadrado ou fração, por ano	3,00
	3- painel, cartaz ou anúncio, colocados em casas de diversões, por unidade e por ano.	3,00.
88-	Propagandas:	
	1- oral, feita por propagandista, dia	0,50
	2- idem, idem, por mês	2,00
	3- idem, idem, por ano	5,00
	4- por meio de música, por dia	0,50
	5- por meio de animais (circo, etc), dia	0,50.

6. por meio de alto-falantes, por dia 0,50

89. Vitrine.

1- em qualquer estabelecimento comercial ou industrial, sem projeção, ocupando parcialmente o vão das portas, por vitrine e por ano 2,00

2- idem, idem com saliência máxima de 25 centímetros para o logradouro público, por vitrine e por ano 3,00

3- idem, idem, ocupando totalmente o vão das portas, por vitrine e por ano 2,00

4- para exposição de artigos estranhos ao negócio do estabelecimento ou alugada a terceiros, por vitrine e por ano 4,00

VII - Taxa de Licença para Ocupação de Áreas em Vias e Logradouros Públicos.

90- Espaço ocupado por balcões, barracas, mesas, tabuleiros e semelhantes, nas feiras, vias e logradouros públicos ou como depósitos de materiais ou estacionamento privativo de veículos inclusive para fins comerciais, em locais designados pela Prefeitura, por prazo e a critério desta:

1- por dia e por metro quadrado 0,20.

2- por mês e por metro quadrado 0,50.

3- por ano e por metro quadrado 2,00.

91- Espaço ocupado com mercadorias, nas feiras, sem uso de qualquer móvel ou instalação, por dia e por metro quadrado 0,20.

92- Espaço ocupado por circos e parques de diversões, por semana e fração e por metro quadrado. 0,20.

VIII - Taxa de Licença para Abate de Gado fora do Matadouro Municipal.

93- Por cabeça de gado bovino ou vacum 3,00.

94- Por cabeça de animal de outra espécie 2,00.

Nota: Correrá por conta do interessado, além da taxa, o transporte do servidor municipal incumbido de fazer a inspeção do animal.

Tabela IV.

Tabelas para o Lançamento e a Cobrança das Taxas de Expediente e Serviços Diversos.

Nº	Especificações e Discriminações	Alíquota. % sôbre o salário mínimo.
	Taxas de Expediente.	
1-	Alvarás:	
	a) de licença concedida ou transferida	5,00
	b) de qualquer outra natureza	3,00
2-	Atestados:	
	a) por lauda até 33 linhas	4,00.
	b) sôbre o que exceder, por lauda ou fração	1,50.
3-	Aprovação de arruamento ou loteamento:	
	Cada decreto contendo aprovação parcial ou geral de arruamento ou loteando de terreno.	10,00.
4-	Baixa de qualquer natureza, enlaçamentos ou registros	5,00.
5-	Certidões:	
	a) por lauda até 33 linhas	8,00.
	b) sôbre o que exceder, por lauda ou fração	2,00
	c) busca, por ano, além das taxas das alíneas «a» e «b»	1,00.
	d) de quitação	6,00.
6-	Concessões. ato do Prefeito concedendo:	
	a) favores, em virtude de lei municipal, sôbre o valor da concessão	2,00.
	b) privilégio individual ou à emprêsa concedido pelo município, sôbre o efetivo ou arbitrado	0,20
	c) permissão para exploração, a título precário, de serviço ou atividade	0,20.
7-	Contratos com o município, sôbre o valor do contrato	0,20.
8-	Guias apresentadas às repartições municipais, para qualquer fim, excluídas as emitidas pelos servidores municipais e relativas aos serviços de administração	0,50.
9-	Petições, requerimentos, recursos ou memoriais dirigidos aos órgãos ou autoridades municipais	

a) por lauda até 33 linhas 0,50.
b) cada documento anexado por fôlha 0,10.
c) sôbre o que exceder, por lauda ou fração 0,20.

10- Prorrogação de prazo de contrato com o município, sôbre o valor da prorrogação 1,00.

11- Têrmos e registros de qualquer natureza, lavrados em livros municipais, por página de livro ou fração 4,50.

12- Títulos:

de perpetuidade de sepultura, jazigo, carneiro, mausoléu ou ossuário 0,50

Transferências:

a) de contrato de qualquer natureza, além do têrmo respectivo 4,50

b) de local, de firma ou ramo de negócio 3,00

c) de veículo, por unidade 2,00

d) de privilégio de qualquer natureza, sôbre o valor efetivo arbitrado 0,20.

Taxas de Serviços Diversos.

1- I - Taxa de Numeração de prédios.

Por emplacamento 1,00

Nota: além da taxa será cobrado o preço de custo da placa fornecida (como receita patrimonial)

II - Taxa de Apreensão e Depósito de Bens e Mercadorias

2- Apreensão ou arrecadação de bens abandonados na via pública - por unidade 1,00.

3- Armazenagem por dia ou fração, no depósito municipal:

1 - de veículo por unidade 1,00

2 - de animal cavalar, muar ou bovino, por cabeça 0,10.

3 - de caprino, ovino, suino ou canino, por cabeça 0,10.

4 - de mercadorias ou objetos; qualquer espécie, por quilo 0,01

III - Taxa de Alinhamento e Nivelamento:

4-	4- Alinhamento, por metro linear	0,50
5-	Nivelamento, idem	10,00
	IV - Taxa de Cemitério:	
6-	Taxa de Inumação em Sepultura Rasa:	
	1 - de adulto, por cinco anos	3,00
	2 - de infante, por três anos	1,30.
7-	Inumação em carneiro:	
	1 - de adulto, por cinco anos	3,00
	2 - de infante, por três anos	1,30
8-	Prorrogação de prazo:	
	1 - de sepultura rasa, por cinco anos	3,00
	2 - de carneiro, por cinco anos	4,00
9-	Perpetuidade:	
	1 - de sepultura rasa, por metro quadrado	8,00
	2 - de carneiro	8,00
	3 - jazigo (carneiro duplo, geminado) por m2	8,00
	4 - Nicho	4,00.
10-	Exumações:	
	1 - antes de vencido o prazo regulamentar de decomposição	20,00.
	2 - após vencido o prazo regulamentar de decomposição	20,00
11-	Diversos:	
	1 - abertura de sepultura, carneiro, jazigo ou mausoléu, perpetuo, para nova inumação	1,00
	2 - entrada de ossada no cemitério	1,00.
	3 - retirada de ossada do cemitério	1,00
	4 - remoção de ossado do interior do cemitério	5,00
	5 - permissão para construção de carneiro, colocação de inscrição e execução de obras de embelezamento	4,00
	6 - ocupação de ossário, por cinco anos	4,00

Notas:

1 - Nos cemitérios das vilas e povoados, as taxas serão cobradas pela metade;

2 - Além das taxas do n: 11, será cobrada à parte o custo da

construção do carneiro, jazigo ou nicho, de acôrdo com o orçamento organizado pela repartição competente da Prefeitura;

3- As taxas estabelecidas cobrirão apenas os serviços de escavação e enchimento de sepulturas, carneiros e jazigos; os de demolição de baldrames, lápides ou mausoléus e reconstrução serão orçados e cobrados à parte.